

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

"O IMPERIO QUE NUNCA EXISTIU"
A Cultura da Descolonização em Portugal
C.1960-C.1980

No caso de outros estados europeus com possessões ultramarinas durante os séculos XIX e XX, as políticas coloniais têm sido estudadas de um modo muito diferente de Portugal. Em França ou na Grã-Bretanha, por exemplo, a historiografia atendeu às divergências e debates que a expansão ultramarina sempre suscitou, e tomou ainda em consideração os limites do interesse pelo império, mesmo no auge das empresas coloniais* ⁽¹⁾. Este ponto de partida teve importantes consequências metodológicas. Levou nomeadamente à análise cuidada das circunstâncias e das razões que poderão explicar a emergência dos projectos coloniais no século XIX e o seu fracasso no século XX⁽²⁾.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

⁽¹⁾ Ver e.g., para França, Jean Lacouture e Dominique Chagnollaud, *Le Desempire. Figures et Themes de l'Anticolonialisme*, Paris, Denoel, 1993; e para a Grã-Bretanha, Bernard Porter, *The Absent-Minded Imperialists: Empire, Society and Culture in Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2004. Algumas das grandes referências clássicas da crítica ao imperialismo no fim do século XVIII são estudadas por Sankar Muhtu, *Enlightenment against Empire*, Princeton, Princeton University Press, 2003.

⁽²⁾ Ver e.g. Jennifer Pitts, *A Turn to Empire. The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France*, Princeton, Princeton University Press, 2005; e Todd Shepard, *The Invention of Decolonization. The Algerian War and the Remaking of France*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 2007.

Em Portugal, porém, a historiografia tem trabalhado geralmente com pressupostos bastante diversos. A tendência tem sido para analisar os discursos sobre o ultramar nos séculos XIX e XX em termos de uma entidade homogénea, sistemática e unânime: a chamada "ideologia colonial". Esta entidade é frequentemente tratada como o produto de uma continuidade em relação ao passado imperial da monarquia portuguesa antes do século XIX, de modo que o Império e a colonização são tomados como traços distintivos de uma identidade portuguesa multi-secular, e portanto como "naturais". Na prática, tal atitude levou a que a historiografia do Império e da colonização não tivesse, nos últimos trinta anos, verdadeiramente discutido a tese dos dirigentes do Estado Novo, quando acossados pelo anti-colonialismo na década de 1960, de que a defesa do ultramar corresponderia a uma "política de sempre", idêntica à consciência nacional⁽³⁾.

Em outros estudos, já tentámos demonstrar a necessidade de recuperar a pluralidade de pensamento acerca do ultramar em Portugal nos séculos XIX e XX, e defendemos que a consciência dessa pluralidade poderá ajudar a compreender as políticas coloniais da época contemporânea⁽⁴⁾. No presente trabalho, vamos sugerir a utilidade dessa mesma perspectiva para compreender a descolonização de 1974-1975, especialmente o seu impacto em termos de identidade colectiva. Com efeito, a "espantosa suavidade da ressaca imperial"⁽⁵⁾, sublinhada por vários dos estudos recentes sobre a independência das colónias africanas, parece surpreendente à luz da identificação, tradicionalmente pressuposta, entre a consciência nacional e o projecto imperial. Como observou António Costa Pinto, numa síntese sobre o fim do ultramar português, "com a descolonização, um elemento central do discurso nacionalista português

⁽³⁾ Ver e.g. Adriano Moreira, "O manifesto dos *Lusíadas*" [1972], em *Saneamento Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, pp. 67-82.

⁽⁴⁾ Ver Rui Ramos, "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social*, vol. 140, 1997, pp. 113-141; "Um novo Brasil de um novo Portugal: a história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX", *Penélope*, vol. 23, 2000, pp. 129-152.

⁽⁵⁾ Norrie Macqueen, *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, Londres, Longman, 1997, p. 235: "The mildness of the imperial hangover has been startling".

desaparecia, muito embora a por vezes anunciada 'crise de identidade' nunca tenha emergido de forma palpável"⁽⁶⁾.

Depois de examinar algumas das explicações até agora avançadas para este fenómeno, esboçaremos um outro tipo de explicação, apoiada na pesquisa das linguagens em que a descolonização foi justificada nas décadas de 1960 e de 1970. A hipótese do presente estudo é que houve duas grandes razões para a descolonização não suscitar, em 1974-1975, o previsto trauma identitário: em primeiro lugar, a tradição de discussão sobre o Império, com referências prestigiosas na cultura portuguesa, permitiu que a descolonização pudesse ser apreendida como uma "libertação" de Portugal; em segundo lugar, a tendência para uma transfiguração cultural da colonização, já operada pelos defensores do "Portugal ultramarino" durante a década de 1960, possibilitou que o Império fosse concebido como uma entidade destinada a sobreviver à perda de soberania.

1. Um "espectáculo surpreendente"

Em 1977, Jorge Sena, então a viver na Califórnia, escrevia a Eduardo Lourenço: "[...] devo dizer-te que me chocou a facilidade, a irresponsabilidade, e a falta de sentimento nacional, com que se perdeu o Império (assim com I maiúsculo)"⁽⁷⁾. Eduardo Lourenço, em França, concordou: "Do fim do Império, à esquerda onde vim parar e mais ou menos sempre estive, creio ter sido das poucas pessoas a celebrar o inútil *requiem*. Acredito que à parte o Spínola (na altura) pouca gente se doeu de tal perda"⁽⁸⁾. Eduardo Lourenço e Jorge de Sena não foram os únicos a notar o que outros protagonistas da história desta época descreveram como "o alheamento das forças políticas e da população portuguesa em

⁽⁶⁾ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Horizonte, 2001, p. 82.

⁽⁷⁾ Jorge de Sena, carta a Eduardo Lourenço, 30.5.1977, em Jorge de Sena e Eduardo Lourenço, *Correspondência*, ed. de Mécia de Sena, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, p. 114.

⁽⁸⁾ Lourenço, carta para J. de Sena, 2.6.1977, em J. de Sena e E. Lourenço, *Correspondência, cit.*, p. 116.

geral para com a descolonização"⁽⁹⁾. Este "alheamento" teria atingido tal grau que, segundo dois destacados jornalistas que acompanharam minuciosamente os acontecimentos de 1974-1975, "o processo de descolonização, durante a sua fase mais aguda, acabou por passar-se de modo quase despercebido, não dando origem a grandes polémicas nem levantando grandes ondas"⁽¹⁰⁾ 11.

Tal impressão pode ser parcialmente confirmada por uma pesquisa nos diários da Assembleia Constituinte em 1975-1976. Como se sabe, o período de antes da ordem do dia foi utilizado pelos vários partidos representados para trazer ao plenário da Assembleia os temas mais polémicos da agenda política. Se pesquisarmos a ocorrência, durante os debates, dos célebres três "d" da revolução de 25 de Abril de 1974 - democracia, descolonização e desenvolvimento -, constatamos que "democracia" ocorre em mais de 122 sessões (92% do total) e em 1000 páginas do *Diário da Assembleia Constituinte*, e "desenvolvimento" em mais de 120 sessões (90%) e 646 páginas. "Descolonização", porém, não é registada em mais do que 58 sessões (43%) e 126 páginas, isto é, tem cerca de 10% das ocorrências de "democracia" e 20% das de "desenvolvimento". Muito menos do que "socialismo", que também atinge uma frequência de 119 diários (90%) e mais de 1000 páginas do *Diário da Assembleia Constituinte*^(u).

Logo nos primeiros dias depois da revolução de Abril de 1974, Eduardo Lourenço observou que, subitamente, políticos e jornalistas haviam começado a comportar-se "como se o pesadelo africano tivesse terminado na manhã do 25 de Abril"⁽¹²⁾. De repente, as colónias de África haviam passado a pertencer a um passado tão remoto como o Império do Brasil. Em 1978, Eduardo Lourenço resumiu assim a questão:

⁽⁹⁾ Pedro Pizarat Correia, "A Descolonização", em António Reis (ed.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, p. 72.

⁽¹⁰⁾ José António Saraiva e Vicente Jorge Silva, *O 25 de Abril visto da História*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 182.

⁽¹¹⁾ Pesquisa efectuada utilizando o sistema de busca disponível no site da Assembleia da República em <http://debates.parlamento.pt>.

⁽¹²⁾ Eduardo Lourenço, *O Fascismo nunca existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976, p. 78.

"Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência um traumatismo profundo - análogo ao da perda da independência - mas a um repensamento em profundidade da totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar [...]"⁽¹³⁾.

Já em Setembro de 1974, isto é, depois da declaração do Presidente da República de Julho de 1974 sobre a auto-determinação das colónias e no momento em que era reconhecida a independência da nova República da Guiné-Bissau, Eduardo Lourenço chegara a conclusões dramáticas sobre a "consciência" colectiva portuguesa: "Para esta consciência, o nosso Império nunca existiu" [sublinhado no original]⁽¹⁴⁾.

Uma das causas da estranheza de Eduardo Lourenço perante o "alheamento" português durante a descolonização de 1974-1975 estava na memória construída acerca da reacção nacional ao ultimato britânico de Janeiro de 1890, especialmente na tradição do movimento republicano. O "Império" pareceu então o grande factor de mobilização da opinião pública em Portugal, e uma das razões mais fortes do eventual isolamento e queda da monarquia constitucional⁽¹⁵⁾. Assim, afigurou-se legítimo a Eduardo Lourenço, entre outros observadores, esperar que o seu fim provocasse em Portugal, na década de 1970, o debate que o "desastre" de 1898 abriu em Espanha, ou que a separação da Argélia causou em França em 1962. "Por menos do que isso [a descolonização]", notava Eduardo Lourenço em 1984, "sofreu a Espanha, em 1898, uma autêntica crise de identidade". Em França, passados vinte anos sobre a independência da Argélia, ainda se notaria "os traços desse traumatismo histórico, quer na ordem política, quer na ordem da reflexão". Em Portugal, porém,

⁽¹³⁾ E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade* [1978], Lisboa, Publicações D. Quixote, 1982, p. 45.

⁽¹⁴⁾ E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, pp. 97-98.

⁽¹⁵⁾ Ver e.g. Francisco Reis Santos, "O movimento republicano e a consciência nacional", em Luís de Montalvor (ed.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1930, vol. I, p. 161 ss. Sobre o ultimato britânico, ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Estampa, 2001, pp. 39-41, 70-76, 114-122.

nada: "da nossa perda de Angola e de Moçambique vivemos o luto com insolita serenidade, quase pura indiferença"⁽¹⁶⁾.

2. Explicações

Para o que Eduardo Lourenço classificou como "um caso de inconsciência colectiva sem paralelo nos anais de outros países", as fontes e os comentários sobre o tema têm sugerido dois tipos de explicação. Vamos examiná-los brevemente.

2.1. *Consciência generalizada de falta de alternativa*

A primeira explicação terá sido inaugurada pelos oficiais que, no Movimento das Forças Armadas, conduziram as negociações com os partidos armados independentistas em 1974-1975. Quando, nos anos seguintes, tiveram de justificar as suas opções, insistiram em que não haveria alternativa, devido ao sustento internacional de que beneficiavam os partidos independentistas armados em África, e à incapacidade das autoridades portuguesas para limitar a acção desses partidos⁽¹⁷⁾. É verdade que à partida, como o demonstram por exemplo os debates entre os colonos portugueses do ultramar, havia vários cenários possíveis para uma "descolonização"⁽¹⁸⁾. No entanto, a necessidade de pôr termo às operações militares e a falta de apoio internacional teriam impossibilitado qualquer política alternativa que requeresse o uso da força. As autoridades portuguesas não puderam resistir aos partidos independentistas armados, os quais - como lamentou o ministro Almeida Santos a 1 de Agosto de

⁽¹⁶⁾ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1994, pp. 12-13. Sobre os acontecimentos de 1898 em Espanha, ver Sebastian Balfour, *The End of the Spanish Empire, 1898-1923*, Oxford, Clarendon Press, 1997.

⁽¹⁷⁾ Ver e.g. Pezarat Correia, "A Descolonização", *cit.*, pp. 40-73, especialmente pp. 47 e 49, e ainda Josep Sanchez Cervello, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, pp. 18-20, 261-321.

os) ^{er} Franz Wilhelm Heimer, *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 43-47.

1974 - com a sua intransigência negociada, recusa de depor as armas e aceitar qualquer processo eleitoral, não deixaram outro caminho aberto que não o da independência imediata⁽¹⁹⁾ 20. Logo em Junho de 1974, o escritor Manuel de Lucena, num artigo para o semanário *Expresso*, chamou a atenção para os limites de uma autodeterminação por via eleitoral, à margem dos partidos independentistas armados: "Nenhum escrutínio trará a paz, por mais livre que seja, se o seu resultado repugnar à maioria dos guerrilheiros."⁽²⁰⁾

Esse mesmo raciocínio transpareceu no maior debate sobre a descolonização desta época, envolvendo alguns dos principais actores políticos. Aconteceu a 11 e 12 de Novembro de 1975, na Assembleia Constituinte, por ocasião da independência de Angola e no seguimento de um discurso do deputado e ex-membro da Junta de Salvação Nacional, general Carlos Galvão de Melo. Por entre apupos, Galvão de Melo protestou porque se "não se perguntou aos (portugueses e aos africanos) como e em que sentido desejavam ver processar-se a descolonização"⁽²¹⁾ 22. Como imediatamente notou um célebre comentador da política da época, tinha sido um momento histórico: "pela primeira vez um político vem assumir em Portugal o chamado ónus da descolonização."⁽²²⁾ Na sessão seguinte, porém, Mário Soares, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, repôs a discussão nos seus termos consagrados, ao lembrar que, em 1974, "o objectivo era pôr um fim rápido à guerra - guerra que estava virtualmente perdida, em Abril de 1974",

⁽¹⁹⁾ Ver os depoimentos do almirante Rosa Coutinho, membro da Junta de Salvação Nacional, e de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial do I Governo Provisório, em João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1996, pp. 61-63. Sobre a declaração de Almeida Santos em 1 de Agosto de 1974, ver Fernando Barciela Santos, *Angola na Hora Dramática da Descolonização*, Lisboa, Prelo, 1975, pp. 12, 39. Ver tb. David Martelo, *1974: Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Europa-América, 2001, pp. 97-108.

⁽²⁰⁾ Manuel de Lucena, *Portugal Correcto e Aumentado*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, p. 27.

⁽²¹⁾ Galvão de Melo, discurso, 11 de Novembro de 1975, em *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 Novembro 1975, p. 2621

⁽²²⁾ Marcelo Rebelo de Sousa, "Do (inesperado) prenúncio de golpe", *Expresso*, 15 Novembro 1975, agora em *Crónicas da Revolução*, Coimbra, Tenacitas, 2005, vol. I, p. 342.

e que "para isso era necessário negociar com quem fazia a guerra"⁽²³⁾. Mas o próprio Galvão de Melo já aceitara esse ponto de vista implicitamente, quando, no dia anterior, declarara que a descolonização "não foi sequer voluntária": "nós saímos do ultramar porque não fomos capazes de permanecer no ultramar". No fim desse ano, ao fazer o balanço de 1975, o comentador Marcelo Rebelo de Sousa resumiria a história da descolonização simplesmente como a da "vitória do realismo político face à situação militar nas colónias"⁽²⁴⁾. Não teria havido outra solução possível.

2.2. *A conversão da elite*

Uma segunda explicação assenta no questionamento da unanimidade em relação à manutenção do ultramar. Repetindo que "o que está em causa não é um regime político. É, sim, a própria Nação"⁽²⁵⁾, a propaganda do Estado Novo sempre insinuou que todos os portugueses, independentemente das suas opções políticas, teriam razões patrióticas para apoiar a defesa do ultramar contra os independentistas africanos. E de facto, o regime conseguiu alguns recrutamentos entre aqueles que tradicionalmente se haviam encontrado em oposição ou pelo menos distanciados do Estado Novo⁽²⁶⁾. No entanto, logo em 1962, pareceu a alguns que em Portugal não havia, de facto, "nenhuma união sagrada para defesa da Nação"⁽²⁷⁾. Com efeito, nem mesmo dentro do regime se vivia um clima de harmonia de objectivos e vontades. Em 1961, alguns dos mais altos comandos militares anteviram a guerra no ultramar com

⁽²³⁾ Mário Soares, discurso, 12 Novembro 1975, em *Diário da Assembleia Constituinte*, 13 Novembro 1975, p. 2655.

⁽²⁴⁾ Marcelo Rebelo de Sousa, "Da subida da esquerda à provável viragem à direita", *Expresso*, 17 Dezembro 1975, agora em *Crónicas da Revolução*, cit., vol. II, p. 40.

⁽²⁵⁾ "Há que tomar partido", *Diário da Manhã*, 22.4.1968.

⁽²⁶⁾ No caso da direita monárquica, ver Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 210-213; no caso da esquerda republicana, ver Manuel Gama, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1991.

⁽²⁷⁾ António José de Brito, *Destino do Nacionalismo Português*, Lisboa, Verbo, 1962, p. 129.

relutância e predispuseram-se a aceitar a separação⁽²⁸⁾. A discussão acerca da política ultramarina continuou dentro do regime, como o mostrou publicamente o livro do antigo deputado Manuel José Homem de Mello, *Portugal, Ultramar e o Futuro*, prefaciado pelo marechal Craveiro Lopes, e que vendeu legalmente 15 000 exemplares entre Agosto e Outubro de 1962⁽²⁹⁾ *. Em privado, as dissensões tinham uma dimensão mais grave. Em 1966, nos conselhos de ministros presididos por Salazar, os entusiastas do ultramar, como o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, sentiam-se uma minoria, cercados por independentistas confessos ou secretos: "Em todo o Conselho de Ministros, e além do presidente do conselho, haverá neste momento quatro ou seis ministros que sentem e acreditam no ultramar. Desejariam os outros ver-se livres de África, para se devotarem às delícias de uma política europeia"⁽³⁰⁾. Esta sensação de isolamento dos ultramarinistas não se modificou com o tempo. No fim de 1969, o deputado Casal Ribeiro avisou o novo chefe do governo, Marcello Caetano, de que a "unanimidade" em relação ao ultramar, entre as forças da situação, "é mais aparente do que real": "Existe na Assembleia Nacional uma corrente, não direi forte mas perfeitamente evidente, que, só por covardia ou tática, vota tudo quanto seja a nossa continuação em terras de África"⁽³¹⁾. O integracionismo ultramarinista começava a ficar confinado, dentro do regime, às correntes de extrema-direita, que tinham identificado a opção de defesa do ultramar com a recusa das "concepções liberais ou democráticas da sociedade ou do Estado", no sentido em que teriam sido estas o verdadeiro factor da "abdicação da soberania dos países europeus" perante "os movimentos de revolta indígena e desagregação". Para as extremas-direitas, a defesa do ultramar seria assim a ocasião e a razão para uma final definição do

(28) Tem sido esta a explicação dada para o golpe tentado pelo ministro da Defesa Nacional, general Botelho Moniz, em Abril de 1961. Ver José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 279.

(29) Manuel José Homem de Mello, *Meio Século de Observação*, Lisboa, D. Quixote, 1996, p. 109.

(30) p_ranco Nogueira, apontamentos de 10.11.1966 e de 13.11.1966, em *Um Político Confessa-se (Diário, 1960-1968)*, Porto, Livraria Civilização, 1986, pp. 203-204.

(31) Francisco Casal Ribeiro, carta a Marcello Caetano, 18.12.1969, em J. Freire Antunes (org.), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, D. Quixote, 1985, vol. 1, p. 283.

regime no sentido de um "mundo novo", contrário tanto ao marxismo como ao liberalismo⁽³²⁾.

Entretanto, do lado da oposição de esquerda, a história da década de 1960 foi aparentemente a da vitória do ponto de vista da independência das colónias. No princípio dessa década, os principais próceres da velha oposição republicana haviam condenado o "imperialismo colonialista" de Salazar, mas ainda em nome de uma maior integração entre a metrópole e o ultramar⁽³³⁾. Sempre prontos para lembrar a "obra colonial" da I República⁽³⁴⁾, esperavam mesmo que a provável "perda das colónias" provocasse no país uma profunda indignação patriótica, que resultasse na liquidação do salazarismo, tal como o ultimato de 1890 minara a monarquia⁽³⁵⁾. Em 1965, no entanto, os candidatos da oposição às eleições legislativas já condenavam a guerra e proclamavam o princípio da "autodeterminação". Em 1969, uma denominada "Terceira Força", representando os "republicanos da velha república", denunciou a Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática, de 15 de Junho de 1969, pelo facto de conter uma implícita aceitação da separação⁽³⁶⁾. Nas universidades, os estudantes de esquerda

(32) y_{er} e g Caetano de Melo Beirão, "Para uma Política Imperial", *Tempo Presente. Revista Portuguesa da Cultura*, Lisboa, Abril 1960, n° 12, pp. 77-80. Sobre a identificação da direita nacionalista e monárquica com a causa ultramarina, ver José Pequito Rebelo, *Tradição e Ultramar (Colectânea e Comentário)*, Lisboa, s. e., 1961, e Henrique Barrilaro Ruas e Marcos Noronha da Costa, *Os Monárquicos e o Ultramar*, Lisboa, Biblioteca do Pensamento Político, 1971.

(33) Ver e.g. a posição de António Sérgio sobre o caso de Goa em *Cartas do Terceiro Homem* (1954), agora em *Democracia*, Lisboa, Sá da Costa, 1974, pp. 319-323; e o "Programa para a Democratização da República", de 31 Janeiro 1961, em Serafim Ferreira (ed.), *Para um Dossier da Oposição Democrática*, Lisboa, Nova Realidade, 1969, pp. 169-245, especialmente pp. 188-192.

(34) Ver e.g. Augusto Casimiro, "A República e o Ultramar", *Seara Nova*, vols. 1378-1380, Agosto-Outubro 1960, pp. 280-282; Carlos Ferrão, *Em Defesa da República*, Lisboa, Inquérito, 1963, pp. 97-103.

(35) Álvaro Cunhal, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura* [1967], Lisboa, Avante, 1994, p. 92.

(36) y_{er} e g "Manifesto ao País", em Serafim Ferreira (ed.), *Para um Dossier da Oposição Democrática*, cit., pp. 247-273, especialmente pp. 256-260; João Palma-Ferreira (ed.), *As Eleições de Outubro de 1969*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970, vol. I, pp. 60-63, 111-115; Pedro Veiga (ed.), *A Campanha Eleitoral da Terceira Força nas Eleições de 1969*, Porto, Secretariado Político da Terceira Força, 1971, especialmente p. 11.

começavam a tentar transformar a campanha contra a "guerra colonial" numa versão portuguesa do movimento contra a intervenção americana no Vietname⁽³⁷⁾. Contaram para isso com a companhia dos chamados "católicos progressistas", inspirados pelo pacifismo do Vaticano (onde os dirigentes separatistas seriam recebidos em 1970)⁽³⁸⁾. Esta confluência de estudantes marxistas e católicos progressistas sustentou os grupos que tentaram usar o separatismo como critério para distinguir entre uma oposição genuína e uma oposição falsa⁽³⁹⁾. O ambiente assim criado justificou que Mário Soares, já então o líder político mais destacado da oposição não-comunista, tivesse rompido com o integracionismo dos velhos republicanos, para escândalo de alguns destes⁽⁴⁰⁾. A posição independentista veio a conquistar o terreno suficiente para, em Abril de 1973, no 3º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, ter sido assumida como oficial. Nas conclusões, o Congresso esclarecia que a "história da colonização portuguesa em África assenta na opressão secular de gerações e gerações de africanos" e que as guerras em África teriam sido "empreendidas para manter um domínio colonial de exploração e de opressão". Subentendia-se que qualquer "solução pacífica" passaria por negociações com os designados "Movimentos de Libertação"⁽⁴¹⁾. Isso mesmo transpareceu na propaganda da CDE por ocasião da campanha

(37) Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal, 1945-1980*, Lisboa, IED, 1990, pp. 162-163, 217-219, 225. Em Coimbra, houve mais pejo em utilizar o tema da "guerra". Ver *ibidem*, pp. 228-229.

(38) Fernando Rosas, *Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII de J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 543.

(39) Ver e.g. Manuel Sertório, *Humberto Delgado. 70 Cartas Inéditas*, Lisboa, Praça do Livro, 1978, p. 25: "a fronteira principal entre os portugueses deixara de ser a do combate pela 'democracia' para passar a situar-se entre a recusa e o reconhecimento do direito à independência por parte das ex-colónias". Ver ainda "Eleições 1969", *Cadernos Necessários*, Junho 1969, agora em *Cadernos Necessários, 1969-1970*, Porto, Afrontamento, 1975, p. 22: "[a guerra colonial] é a pedra de toque da esquerda portuguesa da actualidade".

(40) Ver e.g. Pedro Veiga, "África Nostra ou os dislates políticos do Sr. Dr. Mário Soares" [1970], em *Movimento Republicano Popular, Manifestos e Outros Documentos Políticos da Terceira Força nos anos de 1970-1971*, Porto, Secretariado Político da Terceira Força, 1973, pp. 33-38.

(41) Secretariado do Congresso, *III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Conclusões*, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 138-140.

eleitoral de Outubro de 1973, onde as denúncias da "guerra colonial" foram de rigor⁽⁴²⁾.

Os integracionistas do regime fingiram-se perplexos com a conversão da oposição de esquerda à "descolonização". Afinal, meditava o deputado Casal Ribeiro na Assembleia Nacional, em 1974, a esquerda fizera a república em 1910 por causa do ultramar: "vá lá entender-se esta gente"⁽⁴³⁾. O contraste levou José Hermano Saraiva, ministro da educação na década de 1960, a elaborar, passados dez anos sobre a descolonização, uma teoria para explicar as diferenças entre uma época e outra:

"A explicação da radical diferença entre o comportamento colectivo perante uma e outra dessas situações está decerto relacionada com as ideologias políticas dominantes. A actividade colonizadora era considerada, nos finais do século XIX, um serviço prestado à civilização, mas aparecia, na óptica instalada após a Segunda Guerra Mundial, como um atentado à liberdade dos povos. Esta segunda opinião, envoltório doutrinal de interesses a que éramos completamente alheios, *foi rapidamente perfilhada pelas camadas intelectuais, em grande parte responsáveis pela formação da opinião pública*. Assim, os protestos pela conquista de Goa por uma potência estrangeira dirigiram-se menos contra essa potência do que contra as autoridades portuguesas, que foram acusadas de não terem sabido negociar a tempo um *modus vivendi* aceitável por ambas as partes. Essa curiosa reacção é uma clara afloração de uma tendência que se irá acentuar ao longo das duas décadas seguintes: a crise do patriotismo. *Defender ou exaltar valores nacionais aparecia a uma grande parte das elites burguesas dos anos [19]60 como posição provinciana, confissão de subdesenvolvimento cultural*"⁽⁴⁴⁾. [sublinhados meus]

(42) Ver e.g. a antologia de notícias da imprensa elaborada por José Soares Martins (ed.), *Outubro: Eleições em Portugal*, Vila Nova de Gaia, edição do autor, 1973.

(43) Casal Ribeiro, discurso em *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 7.2.1974, p. 493.

(44) José Hermano Saraiva, "O Estado Novo", em J. H. Saraiva (ed.), *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, vol. VI, p. 160.

José Hermano Saraiva explicou assim a queda do ultramar através do distanciamento das "camadas intelectuais", e através delas das "elites burguesas", em relação ao antigo "patriotismo" que ainda predominara no século XIX. No entanto, o Estado Novo não descurara a propaganda ultramarina. Na década de 1950, as "Semanas do Ultramar", por exemplo, continuavam a movimentar centenas de palestras e conferências em unidades militares, batalhões da Legião Portuguesa, escolas oficiais, escolas particulares, câmaras municipais, sindicatos, casas do povo e organismos corporativos⁽⁴⁵⁾ ⁴⁶. Mas essa propaganda, segundo Saraiva, não resultara aparentemente entre as elites. Por duas grandes razões. Em primeiro lugar, porque a defesa do ultramar teria afectado cada vez mais a auto-percepção das elites educadas enquanto classe cosmopolita. No fim do século XIX, o Império africano fora estimado como um meio de Portugal participar no mundo moderno, assumindo o papel de agente da civilização num novo continente. Depois da década de 1950, porém, o ultramar parecia isolar Portugal do resto do mundo. Não por acaso, o fim do "isolacionismo estéril", decorrente de uma "política negativa e irrealista, que recusava a compreensão do mundo dos nossos dias", foi um dos pontos mais sublinhados pelos novos governantes depois de Abril de 1974^{<46>}.

Em segundo lugar, desenvolvera-se a percepção de que a "Europa", isto é, as organizações económicas internacionais desenvolvidas pela França e Alemanha na parte ocidental do continente, oferecia perspectivas mais seguras para o desenvolvimento do país do que qualquer relação específica com os territórios africanos. A emigração, depois de um afluxo às colónias no princípio da década de 1950, fixou-se sobretudo na França e na Alemanha. Os mercados coloniais, vitais para a indústria têxtil

(45) Ver e.g. a lista das realizações de 1951 em "Comemorações da Semana do Ultramar realizadas no Continente e ilhas adjacentes", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Agosto 1951, pp. 435-487. Sobre as comemorações públicas patrocinadas pelo Estado Novo nas décadas de 1940 e de 1960 e associadas à expansão ultramarina, ver Fernando Catroga, "Ritualizações da História", em L. R. Torgal, F. Catroga ej. M. Amado Mendes (orgs.), *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 579-612.

(46) Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, discurso na assembleia-geral da ONU, 23 de Setembro de 1974, em *Democratização e Descolonização*, Lisboa, D. Quixote, 1975, p. 125.

durante e após a II Guerra Mundial, passaram a segundo plano, quando a Europa ocidental começou a absorver a maior parte das exportações portuguesas⁽⁴⁷⁾. Entre os tecnocratas, ter-se-ia insinuado o preconceito de que o país não podia passar sem os mercados europeus, e de que talvez o ultramar não fosse "compatível" com a plena entrada no espaço europeu de livre troca⁽⁴⁸⁾ ⁴⁹. Começava a desfazer-se o receio de que "a perda de Angola e Moçambique levaria Portugal a um novo 1580"⁽⁴⁹⁾. Em Junho de 1974, Francisco Sá Carneiro, ministro adjunto do primeiro-ministro no I Governo Provisório, podia sossegar os que temiam as consequências da "descolonização" para a economia do país: "as nossas exportações estão hoje muito mais viradas para a Europa, para os Estados Unidos e para o resto do mundo do que para África". Haveria uma "perda de receita", mas "não me parece que isso seja fundamental para o nosso desenvolvimento económico"⁽⁵⁰⁾.

Os resultados das sondagens de opinião efectuadas nos meados da década de 1970 confirmam de algum modo a conversão das elites, por contraste com a população mais humilde. Em 1978, à questão sobre se "Portugal pode viver economicamente sem as ex-colónias", 39% dos entrevistados (66% dos que responderam) disseram sim, 20% não, e o resto não sabia ou não respondia. O mais interessante é a discriminação por níveis de instrução. Em geral, a afirmação de que o país não precisava

⁽⁴⁷⁾ Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português, 1825-1975*, Lisboa, Teorema, s. d., pp. 169,202

⁽⁴⁸⁾ Ver e.g. Alberto Pinheiro Xavier, *Portugal e a Integração Económica Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1970, pp. 10,120-121,269; Francisco Balsemão, Rogério Martins e outros, *Mesas Redondas do Expresso: Economia*, Lisboa, Sojornal, Janeiro de 1974, pp. 103-126 (onde a conclusão dos participantes foi que Portugal podia viver sem o ultramar, mas não sem os mercados europeus). Sobre o problema da integração europeia na década de 1970, ver José Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo*, Porto, Afrontamento, 2000. Note-se que a missão ultramarina tinha sido utilizada para justificar a distância em relação à Europa: ver José Augusto Corrêa de Barros, "Portugal e a Ideia Europeia", em AAVV, *IV Congresso da União Nacional. Resumo das Comunicações*, Lisboa, 1956, vol. I, p. 196: "Portugal, porque a isso se opõe a sua missão histórica, não deve vir a fazer parte de qualquer Federação Europeia".

⁽⁴⁹⁾ Joaquim Barradas de Carvalho, "Notas para uma Explicação de Portugal", *Seara Nova*, Outubro 1969, vol. 1488, p. 350.

⁽⁵⁰⁾ Francisco Sá Carneiro, *Por uma Social-Democracia Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1975, p. 151.

das colónias aumentava conforme a instrução. Entre os entrevistados com diploma universitário, 82% responderam à pergunta, e 77% disseram que sim. Entre aqueles que não tinham terminado a instrução primária, só 45% responderam à pergunta e apenas 25% o fizeram com um sim. Entre os diplomados, houve 77% de sins e 15% de não; entre os que não tinham terminado os estudos, 25% de sins e 20% de não. Ou seja, quanto mais alto o nível escolar, mais livre se estava do escrúpulo ultramarino. Quanto mais rudimentar a instrução, maior hesitação, maior tendência para confirmar a necessidade das colónias. Esta era alta sobretudo entre aqueles que apenas tinham frequentado a escola primária⁽⁵¹⁾. Já antes, em 1973, uma sondagem semelhante revelara o "conformismo das classes baixas". Quanto mais elevado o nível sócio-económico e sobretudo a educação, maiores eram as críticas à política do governo: "A crítica diminui ao baixar a classe social"⁽⁵²⁾. No entanto, talvez as razões para este fosso de opinião fossem mais complexas. Um militante comunista na clandestinidade durante a década de 1960 sublinhou, nas suas memórias, a "simpatia" ou pelo menos o "interesse" com que a guerra no ultramar passou a ser seguida nos meios rurais desde que, depois de uma fase de preocupação aquando dos primeiros embarques de soldados, "trouxe um aumento de rendimentos ao agregado familiar camponês". O mundo rural ter-se-ia assim tornado imune à propaganda contra a guerra⁽⁵³⁾.

Note-se que esta hipótese explicativa recupera os termos de debate político na década de 1960. A oposição explorou então a ideia de que Portugal estava dividido em dois: uma sociedade moderna, e uma sociedade tradicional, que envolvia a primeira e a continha⁽⁵⁴⁾. Naturalmente,

⁽⁵¹⁾ Ver Mário Bacalhau e outros, *Os Portugueses e a Política Quatro Anos depois do 25 de Abril* Lisboa, Moraes, 1978, p. 99-101.

⁽⁵²⁾ Instituto Português de Opinião Pública, *Os Portugueses e a Política. 1973*, Lisboa, Moraes Editores, 1973.

⁽⁵³⁾ J. A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade. O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976, pp. 85-88. O mesmo ponto de vista em Vitorino Magalhães Godinho em *Pensar a Democracia em Portugal*, Lisboa, Editora Gráfica, 1976, p. 312: "A guerra colonial algum tempo gozou de foros de popularidade, até porque o serviço no Ultramar melhorara a condição material de famílias modestas. Mas nas classes médias [...] foi sentida como mais uma forma de consolidar um regime injusto".

⁽⁵⁴⁾ Ver Fernando Medeiros, "A Teoria do Dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização", *Análise Social*, vol. 125, 1994, pp. 81-119.

a esquerda oposicionista viu-se a si própria como a mandatária da parte moderna. Salazar, o "homem de Santa Comba", foi apresentado como um "camponês letrado". Por isso, "o coração do regime esteve sempre no passado"⁽⁵⁵⁾. A política ultramarina aparecia assim como mais um aspecto do insuportável "atraso" do país, um resíduo "herdado" dos séculos passados, inquinado por erros que era tarde demais para tentar corrigir⁽⁵⁶⁾.

2.3. *Pistas para uma nova abordagem*

Para dar conta do "espectáculo surpreendente" evocado por Eduardo Lourenço, passámos até agora em revista dois modelos possíveis de explicação. O primeiro está focado na consciência directa que os actores políticos e o público, em 1974 e 1975, teriam tido das circunstâncias adversas para seguir quaisquer políticas alternativas à independência das colónias. Nesta medida, a "inconsciência colectiva" que chocou Lourenço corresponderia apenas à consciência do peso dos factores exógenos adversos à manutenção das chamadas províncias ultramarinas. No entanto, esta explicação requer que suponhamos as elites e a população unidas por uma enorme lucidez, independente das várias opções ideológicas, e capazes de ultrapassar subitamente o que teriam supostamente sido convicções generalizadas durante séculos acerca da identidade nacional.

O segundo tipo de explicação explora duas hipóteses: (1) em primeiro lugar, o modo como a divisão política da sociedade portuguesa encontrou expressão ao nível da questão do ultramar, impedindo qualquer unanimidade real acerca da política a seguir, tanto entre o governo e a oposição, como dentro de cada um desses campos, e isolando finalmente os mais decididos a defender a integração dos territórios africanos; e (2) em segundo lugar, a tendência dos grupos dirigentes ou mais influentes na sociedade para proporem, a partir da década de 1960, formas de enquadramento internacional do país que não passavam ou colidiam mesmo com a manutenção da dimensão colonial do Estado português.

⁽⁵⁵⁾ Expressões retiradas de um texto de Eduardo Lourenço sobre Salazar em 1959, em *O Fascismo Nunca Existiu, cit.*, p. 15 ss.

⁽⁵⁶⁾ Ver e.g. A. Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1968, pp. 363-374.

Numa sociedade com grandes desníveis culturais e ainda sem mecanismos democráticos, a opção das classes sociais mais elevadas teria sobrelevado os resultados de prévias operações de propaganda "colonial" sobre as restantes classes sociais.

Todas estas explicações, independentemente de objecções, são procedentes e merecem ser consideradas. No entanto, nenhuma esclarece porque é que a ruptura em relação ao passado colonial não provocou a "crise de identidade" esperada por vários contemporâneos dos acontecimentos e pelos historiadores. Para tratar esse problema, propomo-nos explorar as linguagens através das quais o fenómeno da retirada portuguesa do ultramar foi concebido a partir da década de 1960. A hipótese que vamos testar neste estudo é que essas linguagens, construídas a partir das tradições anti-expansionistas presentes na cultura portuguesa ou aproveitando a transformação da ideia de Império sob o efeito da pressão descolonizadora após a n Guerra Mundial, acabaram por amortecer a necessidade de conceber a descolonização como uma perda, dispensando assim a necessidade de "luto", para empregar a expressão de Eduardo Lourenço.

De facto, a pista que seguimos foi-nos sugerida pela leitura das reflexões de Eduardo Lourenço sobre a ausência de "luto" imperial. Examinando, em 1978, a descolonização de 1974-1975, Eduardo Lourenço notou: "A verdade é que a nova classe política - por razões aliás explicáveis - descolonizou exactamente nos mesmos termos em que o antigo regime levava a cabo a sua cruzada colonialista". Como é que isso tinha sido possível? Uma oposição que, durante anos, reclamara, para a questão ultramarina, um grande debate nacional seguido por um referendo⁽⁵⁷⁾, acabara por arrumar a questão num discurso presidencial, lido na televisão. Lourenço admite que tivesse havido razões pragmáticas para essa atitude. Mas também aponta outras, de natureza ideológica: "O País foi posto diante do facto consumado e como tal o recebeu, não só porque

⁽⁵⁷⁾ *y_{er}* e.g. Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 452: "Tratava-se de dar ao país a oportunidade para decidir, por si próprio, sobre o melhor caminho a seguir - depois de informado objectivamente da situação real existente em cada colónia". Note-se, no entanto, que o Presidente da República, general Costa Gomes, teve o cuidado de interpretar o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975 como tendo "confirm[ado] a política de descolonização". Ver Costa Gomes, discurso, 1 Maio 1975, em *Discurso Político*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 1976, p. 116.

tinha a vaga consciência de que não era possível outra solução, como supunha - talvez a justo título - que era o preço a pagar pela sua própria *libertação*" (sublinhado do autor). Mas há um outro elemento importante no texto de Lourenço, para além da observação acerca da descolonização como "libertação" de Portugal. É a tendência do autor para diminuir o "Império", ao asseverar por exemplo que, afinal, os portugueses nimea tinham passado de uns "colonialistas de segunda classe sem meios nem vontade para assumir uma grandeza de ficção"⁽⁵⁸⁾.

3. A descolonização como "libertação de Portugal"

Sem termos em conta que na cultura portuguesa contemporânea sempre existiu uma contra-imagem, negativa, da expansão colonial, a descolonização de 1974-1975 não é compreensível. Nessa contra-corrente, a expansão e o império ultramarino foram vistos como um mal, e os portugueses encarados como as primeiras vítimas, mais do que como agentes, da empresa colonial. Foi nessas fontes que alguns dos principais defensores e protagonistas do processo de descolonização foram procurar os elementos para apresentar a "perda das colónias" como uma "libertação".

3.1. A expansão como princípio da decadência nacional

Nas décadas de 1960 e de 1970, os que em Portugal criticaram ou se opuseram à manutenção dos territórios ultramarinos não se limitaram a fazer eco do anti-colonialismo adoptado pela maioria dos membros das Nações Unidas desde a década de 1950. Recuperaram alguns dos representantes mais prestigiosos das atitudes de desconfiança ou indiferença em relação à expansão ultramarina registadas nos séculos XIX e XX, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins ou António Sérgio⁽⁵⁹⁾.

⁽⁵⁸⁾ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, cit., p. 64.

⁽⁵⁹⁾ Para o caso dos liberais do século XIX, ver Rui Ramos, "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Alexandre Herculano e em Oliveira Martins", cit., e João Pedro Marques, *Os Sotís do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, ICS, 1999, pp. 357-451; para

Foi o caso de Mário Soares, futuro líder do Partido Socialista e ministro dos Negócios Estrangeiros durante a fase crucial da descolonização em 1974. Em 1972, no capítulo dedicado à "aventura colonial" do seu livro *Portugal Amordaçado*, Mário Soares recorreu a Flerculano, Martins e Sérgio para liquidar aquele que era o maior argumento dos defensores do ultramar: que a "essência" de Portugal estava na sua vocação marítima, e de que tinha sido o ultramar a base da resistência portuguesa à absorção castelhana. Mário Soares pensava que, de facto, esta era a tese governamental com maior influência, visto a "desconfiança congénita e visceral" que os portugueses sentiam pela Espanha. Para a rebater, recorreu a António Sérgio, donde extraiu o seu principal bordão analítico: a oposição entre as políticas de "transporte" e "fixação", e, no caso das "políticas de expansão", entre a "comercial" e a "imperial"⁽⁶⁰⁾.

Mário Soares utilizou esta última dualidade sergiana para contrastar uma política "comercial marítima, preocupada sobretudo em manter empórios comerciais, tanto quanto possível pacíficos", e uma outra política "senhorial-guerreira, virada para a conquista de impérios na Índia, no norte de África e depois no Brasil, com a ajuda dos escravos trazidos de Angola" (repare-se, de passagem, em como a menção dos escravos se faz em relação à segunda política, e não em relação à primeira: o conteúdo dos tráfegos nos "empórios comerciais" não é explicitado, apenas se diz que eram "pacíficos"). Estas duas políticas tinham, segundo Soares, diferente base social: a primeira era a da "burguesia marítimo-comercial cosmopolita, animada por forte componente judaica". A segunda era "dirigida pelo poder centralizador da Coroa, com o apoio da Igreja (Inquisição, Companhia de Jesus) e das classes nobres, de hábitos feudais e parasitários". Foi o triunfo desta última que explicava, segundo Soares, a "decadência de Portugal". Os rendimentos ultramarinos haviam permitido à nobreza e à igreja manterem o seu estilo de vida "parasitário" e reprimir todas as tendências modernizantes em Portugal. "É corrente dizer-se, e com razão", conclui Soares, "que os 'fumos da

a esquerda anarquista do século XX, ver José Castro e J. L. Garcia, *"A Batalha e a Questão Colonial"*, *Ler História*, vol. 25, 1995, pp. 125-146; para a direita integralista, ver AbdoolKarim Vakil, "Representations of the Discoveries and the Imaginary of the Nation in Portuguese Integralism", *Portuguese Studies*, vol. 11, 1995, pp. 133-167.

⁽⁶⁰⁾ Mário Soares, *Portugal Amordaçado* [1972], Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 459-465.

índia' perderam Portugal", mas só "no sentido de que reforçaram as classes tradicionalistas no seu poder, habituando-as a uma vida fácil e artificial, porque feita à custa da exploração das riquezas alheias, quase sem trabalho próprio".

No entanto, foi a oposição entre política de "fixação" e política de "transporte" que mais marcou os raciocínios de Mário Soares em 1972. Quando Portugal "perdeu a independência", em 1580, estava "esgotado pela aventura colonial da Índia":

"Ao cheiro dessa canela, o reino se despovoa, escreveu criticamente Sá de Miranda, marcando uma das causas da decadência portuguesa - a quebra do desenvolvimento interno metropolitano. De facto, no final do século XVI e durante os sécs. XVII e XVIII, Portugal foi um reino deserto de estupidez e de intolerância, vivendo parasitariamente à custa da exploração das riquezas da Índia e depois do Brasil - a pimenta, o açúcar, o ouro, as pedrarias e também os escravos de África - à sombra de um absolutismo fradesco" (sublinhado meu).

Logo a seguir, Soares notava que nem Alexandre Herculano, nem Antero de Quental ou Oliveira Martins se haviam interessado pelo ultramar. Herculano preferia o "Portugal medievo, essencialmente democrático, cioso das suas franquias e liberdades municipais". Antero "procurou integrar Portugal no movimento de ideias comuns a toda a Europa". O ultramar não era solução para nenhum dos problemas portugueses: pelo contrário, era o problema. Oliveira Martins, segundo Soares, denunciara-o claramente: "Oliveira Martins foi mesmo mais longe e chegou a preconizar o abandono do Ultramar, considerando que Portugal se não devia deixar desviar do seu objectivo principal, que consistia - segundo ele - na concentração de todos os esforços no desenvolvimento da metrópole". E era esta também a opinião de Soares: "De facto, o grande problema do Portugal moderno, depois da revolução liberal do século XIX, é o da transformação das estruturas sócio-económicas, sobretudo no que se refere às formas arcaicas da propriedade agrícola, de modo a libertar as classes trabalhadoras da opressão que sobre elas pesa há séculos".

Depois de uma década de diminuição da população agrícola, quando ela já não representava, segundo as estatísticas oficiais, mais do que 34 por cento da população activa, Soares ainda situava a grande tarefa de

"libertação" nacional no campo. O Portugal rural continuava a representar a identidade virtuosa da nação, *locus* das verdadeiras soluções para as dificuldades do país.

Os pontos de vista de Mário Soares, em 1972, não eram excêntricos nem minoritários. Por exemplo, a tese das "duas políticas de expansão", comercial e militar, estava divulgada ao ponto de a encontrarmos, em 1962, num ensaio histórico publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*, onde um capitão-tenente da armada analisou a perda de Goa à luz do abandono da política comercial pacífica de D. Francisco de Almeida pela das conquistas territoriais de Afonso de Albuquerque, acompanhada de uma missionação que "fez de Goa centro de perseguições e de um catolicismo mórbido, insincero, que se espalhou pelo índico e pelo Pacífico"⁽⁶¹⁾.

Tais ideias faziam parte da cultura média das classes educadas, que, no fim da década de 1960 e princípio da década de 1970, esgotavam os livros de António José Saraiva e de Vitorino Magalhães Godinho. Saraiva observou então que "as Áfricas, as índias e os Brasis levaram-nos a adiar o problema do fomento interno da indústria e da agricultura"⁽⁶²⁾. Magalhães Godinho ensinou que a "expansão", ao acarretar a "hipertrofia do terciário do antigo regime", tinha provocado o fracasso da "industrialização" e a recusa da "modernidade" nas "sociedades Ibéricas"⁽⁶³⁾. Estas teses foram condensadas e divulgadas em muitas publicações, consolidando a opinião de que as origens dos males do país - expressos pelo seu "afastamento da Europa dos séculos XVII e XVIII" - estariam na "sobrevivência de uma estrutura historicamente ultrapassada graças aos rendimentos da descoberta e da conquista"⁽⁶⁴⁾. Poucos anos depois, Eduardo Lourenço daria à tese uma formulação veemente:

"a classe historicamente privilegiada [em Portugal] é herdeira de uma tradição guerreira de não-trabalho e parasitária dessa atroz e maciça 'morte de trabalho' dos outros. Não trabalhar foi sempre, em Portugal, sinal de

(61) J. Moreira Campos, "O Estado da Índia na Evolução da Nacionalidade", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1, 1962, pp. 3-16.

(62) António José Saraiva, "A Emigração", *Vida Mundial*, Lisboa, 21.5.1971, p. 19.

(63) Vitorino Magalhães Godinho, "Entrevista", *Vida Mundial*, Lisboa, 31.1.1969, p. 35

(64) Yereg Francisco Sarsfield Cabral, *Uma Perspectiva sobre Portugal*, Lisboa, Moraes, 1973, p. 31.

nobreza e quando, como na Europa futuramente protestante, o trabalho se converte por sua vez em sinal de eleição, nós descobrimos colectivamente a maneira de refinar uma herança ancestral transferindo para o preto essa penosa obrigação. *É mesmo essa a autêntica essência dos Descobrimentos, o resto, embora imenso, são adjacências*"[sublinhado meu]⁽⁶⁵⁾.

Mário Soares não precisou de citar Frantz Fanon ou outro teorizador da libertação do Terceiro Mundo para provar os malefícios do colonialismo. Herculano, Oliveira Martins, Sérgio haviam constituído um fundo de temas e de imagens que agora permitia às classes educadas portuguesas reverter-se ao anti-colonialismo a partir da tese de que a "colonização interna" deveria ser prioritária. Salazar estivera consciente desta tendência, e por isso, em 1966, confessou ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros o receio de que a "opinião pública da metrópole, se se convencer de que o Ultramar absorve os recursos para o seu desenvolvimento, se desinteresse e até repudie a política ultramarina"⁽⁶⁶⁾. De facto, esse seria um dos temas da propaganda da oposição na campanha eleitoral de Outubro de 1969⁽⁶⁷⁾.

3.2. *Portugal como colónia imaginária*

Longe de significar a prosperidade e o poder de Portugal, o Império representava apenas a sua ruína - e também a sua submissão. Foi o que explicou Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista, em 1964, no seu célebre relatório *Rumo à Vitória*: "A actual política colonialista de Portugal, longe de atestar a *independência e a 'grandeza de Portugal*, atesta o domínio imperialista estrangeiro sobre o nosso país e o papel dos colonialistas portugueses como associados ou agentes das grandes potências imperialistas" (sublinhado meu).

⁽⁶⁵⁾ Ver Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, pp. 140-141.

⁽⁶⁶⁾ ^pranco Nogueira, apontamento de 25.10.1966, em *Um Político Confessa-se*, cit., p. 202.

⁽⁶⁷⁾ ^yer e g C.D.E., *Programa Político da C.D.E. de Lisboa*, Edição da C.D.E, 1969, pp. 27-28; Sérgio Ribeiro, *Dossier Candidatura: Leiria, 1969*, Lisboa, Prelo, 1970, pp. 21-23.

Logo, o povo português era também um povo colonizado: "País pobre e atrasado, Portugal consegue dominar apenas pelo facto de que é dominado. *Portugal tem um Ultramar, porque é o 'Ultramar para outros.* É o carácter de Portugal como país colonizado que lhe permite manter-se no mundo de hoje como colonialista [...] Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do século actual, quando as grandes potências imperialistas se batiam ferozmente para a partilha do mundo, os colonialistas portugueses conseguiram manter e até consolidar as suas posições, porque escudados nos monopólios das grandes potências (especialmente da Inglaterra) que dominavam tanto as colónias portuguesas como Portugal"⁽⁶⁸⁾.

Álvaro Cunhal não estava isolado nesta perspectiva. No fim da década de 1960, a historiografia de esquerda começou a aplicar a Portugal as categorias de "dependência" usadas para negar que o comércio livre internacional pudesse propiciar o desenvolvimento económico. Como o tratado comercial de Portugal com a Inglaterra em 1703 tinha sido usado pelos chamados "economistas clássicos", como David Ricardo, para provar os mútuos benefícios de uma divisão internacional do trabalho⁽⁶⁹⁾, o caso português atraiu na década de 1960 a atenção de vários académicos. Portugal acabou por ser tratado como um caso de "colonialismo informal" - uma espécie de prolongamento europeu da América Latina⁽⁷⁰⁾. Em geral, foi descrito como um país onde as classes dominantes (que uns caracterizavam como uma aristocracia fundiária, e outros como uma burguesia comercial) haviam escolhido viver da comercialização de determinados

⁽⁶⁸⁾ Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião, 1975, pp. 90, 93.

^m y ^{er} P^rancⁱ sco António Corrêa, *O Tratado de Methzven*, Lisboa, separata da *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, 1938.

⁽⁷⁰⁾ O argumento clássico está em Sandro Sideri, *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas relações anglo-portuguesas* [1969], Lisboa, Edições Cosmos, 1978. Os principais contactos de Sideri em Portugal haviam sido Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo (ver *ibidem*, p. 11), as mesmas referências de Susan Schneider. Haviam sido eles, segundo Schneider, que já na década de 1950 teriam "chamado a atenção para a crescente e bastante pesada dependência de Portugal nos meados do século XVIII, no âmbito das relações com a Inglaterra". Ver Susan Schneider, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII* [1971], Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 1.

produtos agrícolas (sobretudo vinho), cujo principal mercado estava na Inglaterra. Os Ingleses vendiam a Portugal bens manufacturados. Como se supunha que os termos de troca haviam sido desfavoráveis à agricultura na época moderna⁽⁷¹⁾ ⁷², concluía-se que Portugal tinha sido prejudicado no comércio com a Inglaterra. Os rendimentos do império colonial serviam para liquidar a diferença:

"o dinheiro que veio do Brasil para pouco serviu a Portugal e, cinquenta anos depois da descoberta do ouro e dos diamantes, a economia do país continuava, como dantes, nas mãos dos estrangeiros. De Inglaterra vinha a maioria dos produtos manufacturados que se usavam no país e nas colónias. Em troca, os ingleses levavam vinhos, açúcar, matérias-primas e, evidentemente, ouro [...]. Não é, portanto, para estranhar que o duque de Choiseul, primeiro-ministro francês, dissesse que Portugal era uma colónia inglesa."⁽⁷²⁾.

Na prática, Portugal nunca tivera, de facto, Império colonial. Servira apenas de intermediário - e ganhando muito pouco com isso⁽⁷³⁾. O processo de independência do Brasil, no princípio do século XIX, provava que Portugal havia sido sempre parte menor na exploração do mundo pelos europeus: "Após a abertura dos portos brasileiros à concorrência inglesa (1810), o anterior comércio triangular, Brasil-Portugal-Inglaterra, deu lugar a um comércio directo entre o Brasil e a Inglaterra, com a consequente marginalização de Portugal"⁽⁷⁴⁾.

Para autores marxistas de inspiração leninista, o "imperialismo" estava necessariamente ligado à industrialização. A colonização moderna teria consistido na conquista violenta de fontes de matérias-primas

⁽⁷¹⁾ Sideri, *Comércio e Poder*, cit., p. 289 ss.

⁽⁷²⁾ Susan Schneider, *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*, cit., p. 8. Ver tb. Miriam Halpem Pereira, *Livre Cambio e Desenvolvimento Económico* [1969], Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 11, sobre o "carácter imperialista das relações comerciais com a Grã-Bretanha"; p. 261, sobre a "situação semi-colonial do país". Ver o argumento comentado em Vital Moreira, "*Livre câmbio e desenvolvimento económico ou as origens do subdesenvolvimento em Portugal*", *Vértice*, vol. XXXI, n.ºs. 334-335, Novembro-Dezembro 1971, pp. 906-912.

⁽⁷³⁾ Ver tb. Mário Murteira, *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Presença, 1979, pp. 123-134.

⁽⁷⁴⁾ Sideri, *Comércio e Poder*, cit., pp. 19,185 ss.

necessárias à indústria e na reserva de mercados para escoar produtos manufacturados e investir capitais. Era um movimento de potências industriais, de economias dominadas por grandes grupos financeiros, *trusts* e cartéis, depois de abandonadas as velhas ilusões acerca do livre-câmbio internacional⁽⁷⁵⁾. Por isso, só a Inglaterra e as outras potências industriais estavam em condições de aproveitar as colónias de Portugal. Moçambique e também Angola eram de facto propriedade das companhias coloniais inglesas (mas também francesas e belgas) a quem o estado português reconhecera direitos majestáticos⁽⁷⁶⁾. O império português teria sido um "anacronismo", em que a Inglaterra apoiou uma burguesia que preferia viver dos restos coloniais em vez de desenvolver o país⁽⁷⁷⁾. Desde sempre, desde o século XV, que Portugal tivera de recorrer a capitais estrangeiros para se expandir⁽⁷⁸⁾. Daí que fossem estrangeiras quase todas as grandes companhias que na década de 1960 exploravam o ultramar⁽⁷⁹⁾.

O colonialismo português contemporâneo - como argumentou o escritor marxista inglês Perry Anderson em 1962, num texto divulgado clandestinamente em Portugal -, era assim um mero "colonialismo reflexo", isto é, a ocupação portuguesa de Angola e Moçambique no fim do século XIX fora "posta em acção do exterior, pelas iniciativas e as decisões de outras potências europeias". As possessões portuguesas teriam sido, até à corrida europeia para África na década de 1880, lugares exíguos e estagnados. O seu crescimento devera-se simplesmente ao uso que a Inglaterra fez de Portugal, como um testa-de-ferro contra outras potências. Fora deste papel subordinado, os projectos portugueses

(75) **y**_{er} praline, *Princípios do Leninismo*, trad, de Sá Rocha, Porto, Colecção de Textos Políticos, 1974, pp. 11-13.

(76) Sideri, *Comércio e Poder*, cit., pp. 263-264, 286. Ver tb. Armando de Castro, *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa, Editorial Caminho, 1980.

(77) **y**_{er} e-8> M. H. Cunha Rato, "O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional", *Análise Social*, vol. 77, 1983, pp. 1121-1129.

(78) Fernando Novais, *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial (séculos XVII-XVIII)*, Lisboa, Horizonte, 1975, p. 29.

(79) Eduardo Sousa Ferreira, *Aspectos do Colonialismo Português*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 49.

tinham sido sempre "quiméricos", como se vira em 1890⁽⁸⁰⁾ ⁸¹ ⁸². Portugal teria constituído o caso de um "imperialismo não-económico".⁽⁸¹⁾

A tese era, de alguma forma, avalisada pela própria propaganda do Estado Novo, que sempre negara que a colonização portuguesa se integrasse no movimento de imperialismo "económico" desencadeado pela "revolução industrial".⁽⁸²⁾ Mas quando usada pela esquerda académica internacional, não se destinava a ilibar Portugal. Pelo contrário, reforçava a ideia do colonialismo português como algo de necessariamente brutal, sórdido e absurdo. No entanto, fora do campo salazarista, serviu para promover Portugal de cabeça de império a colónia imaginária⁽⁸³⁾, ou seja, para pôr os Portugueses ao lado das vítimas da expansão, e não do lado dos exploradores. Em vez de documento de uma grandeza passada, o Império provava apenas a subjugação em que os Portugueses viviam. Logo, a descolonização prometia aos portugueses o mais exaltante de todos os triunfos: a afirmação da soberania nacional contra as potências que usavam os Portugueses para explorar África. Não por acaso, em 1974, uma editora do Porto conotada com a esquerda reeditava uma colecção de panfletos do século XIX, alguns de origem bonapartista, contra a "dominação inglesa em Portugal"⁽⁸⁴⁾.

(so y_{er} P_{erry} Anderson, "Le Portugal et la Fin de l'Ultra-colonialisme" (1962), in A. Melo, J. Capela, L. Moita, N. Teotónio Pereira (eds.), *Colonialismo e Lutas de Libertação. 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Afrontamento, 1974, pp. 11-28.

⁽⁸¹⁾ Ver eg R. J. Hammond, *Portugal and Africa (1815-1910). A study in Uneconomic imperialism*, Stanford, 1966; John Marcum, *The Angolan Revolution. The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, Massachusetts, The MIT Press, 1969, p. 3. Contra esta ideia, levantou-se logo Miriam Halpern Pereira, *Livre Cambio*, cit., p. 282.

⁽⁸²⁾ Ver e.g. A. Oliveira Salazar, Junho de 1961, em *Entrevistas, 1960-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, pp. 52-53.

⁽⁸³⁾ Em 1976, já Manuel Villaverde Cabral precisava de esclarecer que a "dependência de Portugal em relação à Inglaterra" não "era tanto um facto de colonização": "reservemos esta palavra para as colónias propriamente ditas e não dêmos demasiado abrigo aos excessos linguístico-políticos do Lenine do *Imperialismo*". Ver *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX* [1976], Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 13.

⁽⁸⁴⁾ Armando de Castro (ed.), *A Dominação Inglesa em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1974.

3.3. Portugal como vítima do império

Esta redução do império deve ser enquadrada numa campanha geral, protagonizada pelos críticos do colonialismo e pela oposição de esquerda em geral, para lavar o povo português dos pecados coloniais de cavaleiros e missionários. Onde os sábios oficiais descortinavam por todo o lado a perene vocação ultramarina do povo⁽⁸⁵⁾, os mestres da oposição descobriam a indiferença do Portugal profundo pela expansão ultramarina. Fundado nas suas recolhas de contos populares, Carlos Oliveira anunciava em 1956 que no folclore nacional "o rumor do mar mal se dá por ele. Ecoa vagamente numa ou noutra história. Não encontrei nada, por exemplo, que evocasse a época dos Descobrimentos". Como corroboração, citava José Leite de Vasconcelos, das *Tradições Populares de Portugal* (1882): "Apesar de Portugal ser um país de navegadores, não tenho recolhido nem muitas nem muito extraordinárias tradições do mar"⁽⁸⁶⁾. Da mesma forma, Miguel Torga, no seu *Portugal* (1950), adoptou o ponto de vista de um Portugal interior, "agrário" e "terroso", para reduzir a expansão ultramarina a uma "epopeia de Lisboa", a cidade cosmopolita, só meia-portuguesa. Os verdadeiros Portugueses, os habitantes da província, tinham-se mantido à margem dessas aventuras tropicais. Na sua linguagem pitoresca, disse Torga:

"A aventura dos Descobrimentos foi um espasmo onde a seiva minhota, transmontana e beiroa - o sémen autêntico da pátria - entrou sem convicção. Por isso, o Porto mandou à façanha o Infante de Sagres e Péro Vaz de Caminha, seus filhos, um para empurrar as naus, outro para dar notícias da chegada delas ao Brasil, e como mãe que tinha cumprido o seu dever, longe do feito, continuou o seu labor de capital telúrica de Portugal"⁽⁸⁷⁾.

(ss) **y**er e **g** Jorge Dias, *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa* [1950], Lisboa, Imprensa Nacional, colecção Essencial, 1985, pp. 14-22: "desde então [século XV] até aos nossos dias, toda a cultura portuguesa está impregnada de influências marítimas e ultramarinas".

⁽⁸⁶⁾ Carlos de Oliveira, *O Aprendiz de Feiticeiro*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 122 (o texto é de 1956).

⁽⁸⁷⁾ Miguel Torga, *Portugal* [1950], Coimbra, 1980, pp. 59-60.

A partir das décadas de 1940-1950, surgira uma contra-imagem dos Descobrimentos, não como conquista, mas como aventura de emigrantes desprotegidos. Fundamentais para esta reconceptualização da expansão ultramarina foram a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e a *História-Trágico Marítima* de Bernardo Gomes de Brito⁽⁸⁸⁾. O povo da expansão aparecia agora sob a forma de aventureiros picaros ou de infelizes vítimas de desastres, como Fernão Mendes Pinto, que - segundo António José Saraiva, um dos principais intelectuais opositoristas da década de 1950 - se apresentava "não como um herói - um português valente e dominador -, mas como um pobre diabo em busca de fortuna, sem vergonha, sem preconceitos, sem 'honra', tremendo de pavor nos perigos, fugindo deles a sete pés, sem outra ambição que não seja sobreviver e enriquecer"⁽⁸⁹⁾. Por sua vez, a *História Trágico Marítima*, que Oliveira Martins já usara para dramatizar a decadência do império oriental⁽⁹⁰⁾, inspirou Fernando Lopes Graça logo em 1942, ano em que apresentou, na Academia dos Amadores de Música de Lisboa, uma *História Trágico-Marítima*, para voz e orquestra, com o claro objectivo de fazer de contraponto às recentes comemorações salazaristas do Duplo Centenário⁽⁹¹⁾.

Em suma, o povo e o país real estavam inocentes da expansão colonial. A distância entre o país e o seu ultramar, depois de ser um tema de preocupação para os adeptos da política de "integração"⁽⁹²⁾, seria aproveitada em 1974 para tornar o ultramar um espaço remoto e pouco familiar. Sobre Moçambique, por exemplo, o general Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional, revelou que os portugueses eram poucos, desligados da metrópole, e "virados para a África do Sul, onde iam buscar ideias, cursos, circulação rodoviária pela esquerda e racismo":

⁽⁸⁸⁾ Sobre a popularidade da *História* de Bernardo Gomes de Brito, ver João Palma Ferreira, prefácio a *Naufrágios, Viagens, Fantasias e Batalhas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980, pp. 9-18.

⁽⁸⁹⁾ António José Saraiva, *Fernão Mendes Pinto* [1958], s. 1., Publicações Europa-América, 1971, pp. 16-17, 20, 23-24.

⁽⁹⁰⁾ Ver Oliveira Martins, *História de Portugal* (1879), Lisboa, Guimarães, 1951, vol. I, pp. 364-375.

⁽⁹¹⁾ Ver Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro, *História da Música*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, p. 172.

⁽⁹²⁾ Ver e.g. Orlando Ribeiro, *Goa em 1956. Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1999, pp. 64-65, 72-73.

"alguns ouvi que, diziam-no abertamente, preferiam ligar-se à antiga colónia inglesa a ouvir falar de um país que nem sequer conheciam e só os prejudicava". Quanto às populações locais, "de português, só entendiam um pouco de inglês". Enfim, "pouco aproveitámos da África e a África pouco aproveitou de nós"⁽⁹³⁾.

Aquando das festas de independência de Moçambique, em Junho de 1975, o primeiro-ministro português, general Vasco Gonçalves, esforçou-se por declarar os Portugueses inocentes do passado colonial. "O povo português", explicou então, "também foi colonizado por Salazar e Caetano. Quando se desenvolvia a guerra no Ultramar não eram só os povos sob administração portuguesa que estavam sendo colonizados, *também o povo português estava sendo colonizado*"⁽⁹⁴⁾ (sublinhado meu). Segundo Vasco Gonçalves, "não se pode afirmar que a economia nacional, enquanto participação da população portuguesa nos benefícios da criação e distribuição de riqueza, tenha sido favorecida pelo tipo de relações mantidas com os territórios africanos"⁽⁹⁵⁾. Em conclusão, "o país só perdeu com a política colonial [...]. O povo português nunca ganhou com as colónias"⁽⁹⁶⁾.

A propaganda do Movimento das Forças Armadas insistiu muito neste tema em 1974-1975. Nas instruções, preparadas em Outubro de 1974 na 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, para uma Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, os tópicos previstos para o "esclarecimento" sobre a "luta no Ultramar" incluíam a denúncia de uma "guerra sem esperança", com "dinheiro

⁽⁹³⁾ Galvão de Melo, *MF A: Movimento Revolucionário*, Lisboa, Portugal, 1975, pp. 56-57.

⁽⁹⁴⁾ Vasco Gonçalves, Declarações aos órgãos de informação, Lourenço Marques, 25.6.1975, em *Discursos, conferências de imprensa e entrevistas*, ed. de A. P. Gama, Porto, 1976, p. 394.

⁽⁹⁵⁾ Vasco Gonçalves, "Entrevista à revista brasileira *Manchete*", 27.7.1974, em *Discursos, cit.*, p. 29. Veja-se a tendência para sublinhar o "carácter subalterno que a exploração dos mercados coloniais desempenhava na economia portuguesa da época" em Armando de Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)* [1973], Lisboa, Edições 70, 1979, p. 176. Note-se as críticas de Miriam Halpern Pereira, *Política e Economia. Portugal no Século XIX e XX*, Lisboa, Horizonte, 1979, pp. 140-149.

⁽⁹⁶⁾ Vasco Gonçalves, "Discurso na sessão de dinamização cultural do Sabugo", 20.2.1975, em *Discursos, cit.*, p. 152.

gasto em prejuízo de Portugal", apenas para "benefício económico de alguns potentados". Sugeria-se então que se falasse da "actual solução de descolonização como única que permite a amizade com os novos povos de expressão lusíada", e que se incluísse uma referência ao Brasil⁽⁹⁷⁾. E na nova fase de relações, a razão pela qual o país nunca fora uma verdadeira potência colonial permitia antecipar que também nunca seria uma potência "neo-colonial", como esclarecia o *Boletim do Movimento das Forças Armadas*, produzido pela 5ª Divisão, por ocasião da independência de Moçambique. Portugal garantia aos novos países uma relação igualitária e fraterna porque "a fraqueza relativa da economia portuguesa, cujas forças produtivas não se desenvolveram o suficiente para assegurarem, como certas grandes potências, uma dominação neo-colonialista"⁽⁹⁸⁾.

Em 1974-75, a cultura política portuguesa dispunha de recursos para tratar a descolonização, não como uma amputação, mas como a "libertação" de Portugal, conforme notou Eduardo Lourenço. Portugal tornara-se finalmente uma nação livre, disponível para se dedicar ao seu próprio desenvolvimento, e até mais do que isso: uma nação capaz de assegurar uma "presença" no mundo que o Império, sob a forma de dominação colonial, quase comprometera.

4. A Transfiguração Espiritual do Império Português

Não se compreenderá a descolonização de 1974-1975 sem se atender ao facto de que o Império português, enquanto exercício de dominação do estado português sobre populações, territórios e circuitos comerciais extra-europeus, já tinha "desaparecido" antes de 1974 enquanto objecto de discurso. Por um lado, como vimos acima, ao fazer-se dos Portugueses,

⁽⁹⁷⁾ Comissão Dinamizadora Central do Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento cívico da 5ª Divisão do E.M.G.F.A., "Desenvolvimento das linhas mestras do programa de dinamização cultural" [Outubro de 1974] em Ramiro Correia, *MF A: Dinamização Cultural e Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, s. d., p. 24. Houve 2000 sessões de "esclarecimento" entre Novembro de 1974 e Fevereiro de 1975, sobretudo no norte do país (*ibidem*, p. 54).

⁽⁹⁸⁾ "O significado da independência", *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, voi. 22, 24 Junho 1975, pp. 1-2.

em vez de agentes, as primeiras vítimas da expansão colonial. Por outro lado, como veremos agora, ao transformar o Império num paradoxal espaço de "descolonização", mais apropriado para desenvolver uma pura relação de comunicação e comunhão entre os povos, do que relações de força.

4.1. *O Império imaginado como um espaço de descolonização*

Em 1977, o autor de um livro de crítica à descolonização de 1974-1975 argumentou que a verdadeira "descolonização" começara em 1961, e que a de 1974-1975 fora falsa. Para sustentar a tese, citou o começo do dismantelamento pelo ministro Adriano Moreira, em 1961-1963, do sistema de "indigenato" e trabalho compulsivo, que até aí colocara a população africana à mercê da administração portuguesa, e todos os supostos esforços para promover social e politicamente as populações locais⁽⁹⁹⁾. Dois anos depois, em 1979, na síntese que sobre o tema escreveu para uma enciclopédia, o historiador Jorge Borges de Macedo defendeu que "a descolonização podia ter sido um movimento de aceleração do processo, expresso em 1972, de uma forma bem clara, para a autodeterminação dos povos do ultramar sobre os quais os Portugueses tinham responsabilidades de promoção à nacionalidade, própria ou portuguesa"⁽¹⁰⁰⁾ ¹⁰¹. Neste caso, a referência de Borges de Macedo era a revisão constitucional de 1971, proposta por Marcelo Caetano, e que previu um novo estatuto de regiões autónomas para os territórios do Ultramar. Daí saíra a Lei Orgânica de 23 de Junho de 1972, consagrando a autonomia das províncias ultramarinas, que passavam a contar com assembleias legislativas eleitas. Note-se que a concepção do ultramar como parte de um Império já havia sido abandonada em 1951, aquando da revogação do Acto Colonial⁽⁰¹⁾.

⁽⁹⁹⁾ Luís de Aguiar, *Livro Negro da Descolonização*, Lisboa, Intervenção, 1977, p. 12.

⁽¹⁰⁰⁾ Jorge Borges de Macedo, "Descolonização", em *Verbo - Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1979, vol. XIX, p. 1031.

⁽¹⁰¹⁾ Sobre as evoluções da política ultramarina do Estado Novo, ver o resumo de Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 70-76.

Este processo de "descolonização retórica e institucional", levada a cabo pelos governos do Estado Novo sob pressão internacional depois da II Guerra Mundial, é fundamental para compreender a descolonização de 1974-1975. A "descolonização" sob o Estado Novo passou não só pelo abandono retórico e institucional da ideia de Império, mas pela transfiguração da colonização portuguesa como um projecto económico-social ou até simplesmente cultural, que estaria para além de qualquer desnível de poder entre a metrópole e o ultramar, isto é, que não implicava a dominação imperial. Assim se preparou o terreno para algo que seria fundamental no discurso oficial da "descolonização" em 1974-1975: a possibilidade de conceber o fim do Império, enquanto exercício de soberania, como o começo de um outro tipo de "Império", consubstanciado por uma relação espiritual igualitária entre os povos, que teria Portugal como centro.

A transfiguração do Império começou com o próprio Salazar. Com a flexibilidade do costume, aprendeu logo na década de 1950 a falar do ultramar português como o escritor brasileiro Gilberto Freyre, então muito patrocinado por certas figuras do regime. O primeiro passo da mudança esteve na rejeição de qualquer ideia de violência e dominação na relação dos Portugueses com as populações ultramarinas. "Chacun sait", explicou Salazar em 1952 à jornalista francesa Christine Garnier, "que la domination portugaise s'est toujours exercée avec douceur, dans le respect des hommes et de leurs coutumes. Nous n'avons jamais eu de préjugés de race. D'un mot, on ne trouvera dans aucun des lieux où nous sommes passés trace de quelques violences exercées ni même d'une civilisation imposée"⁽¹⁰²⁾. Em 1961, Salazar precisou que o que importava, para avaliar o projecto português no ultramar era o "tipo de relações humanas" estabelecido entre os Portugueses e os povos indígenas: a "maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização" teriam produzido "sociedades plurirraciais, impregnadas do espírito de convivência amigável"⁽¹⁰³⁾. O "esforço" português no ultramar, segundo esclareceu em 1963, teria sido "nacionalizador" (em vez de "civilizador"): fazer aceder as populações muito diversas à "consciência nacional" através da integração

^{o2}Christine Garnier, *Vacances avec Salazar*, Paris, Grasset, 1952, p. 152.

⁽¹⁰³⁾António de Oliveira Salazar, discurso de 30 de Junho de 1961, em *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, vol. VI, pp. 144,149.

na nação portuguesa. Mais do que uma "ordem jurídica", Portugal realizara no ultramar "uma forma de vida e um estado de alma".⁽¹⁰⁴⁾ Eis como o Império, nas palavras de Salazar, se transformou numa "convivência amigável" e finalmente num "estado de alma".

O chefe do governo do Estado Novo teve importantes colaboradores nesta operação de alquimia ideológica. Um dos mais capazes, apesar de algumas graves divergências, foi sem dúvida Adriano Moreira, ministro do Ultramar entre 1961 e 1963. Adriano Moreira começou por alterar o sentido da "integração do ultramar" defendida pelo governo português. Mais do que uma simples aplicação do princípio da soberania e unidade nacional aos territórios ultramarinos, viu-a como uma forma de desenvolver África através da associação, implicitamente temporária, dos velhos estados europeus aos povos africanos¹⁰⁴ ⁽¹⁰⁵⁾. Isso permitiu-lhe argumentar que aquilo a que os inimigos de Portugal chamavam "colonialismo" era apenas a "fórmula portuguesa" de ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, através da integração das populações locais em pátrias europeias, evitando assim o "neo-colonialismo" expresso pela ajuda "mercenária" aos novos estados independentes em África⁽¹⁰⁶⁾. Com efeito, um dos efeitos desta "descolonização retórica" foi habilitar os representantes e propagandistas do governo português para assumirem, também eles, o discurso "anti-colonialista"⁽¹⁰⁷⁾. Puderam assim insistir em que o objectivo dos inimigos de Portugal em África era pura e simplesmente substituir os portugueses por companhias americanas, agentes soviéticos e determinadas tribos ou bandos.

⁽¹⁰⁴⁾ Salazar, discurso de 12 de Agosto de 1963, em *Discursos, cit.*, vol. VI, pp. 293, 296.

⁽¹⁰⁵⁾ Adriano Moreira, "Política de Integração", *Estudos Ultramarinos* (revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos), vol. 4, 1961, pp. 7-21.

⁽¹⁰⁶⁾ Adriano Moreira, *Batalha da Esperança*, Lisboa, Edições Panorama, 1962, pp. 105, 165.

⁽¹⁰⁷⁾ Ver e.g. o que Marcello Caetano declarou a António Alçada Baptista em *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes, 1973, p. 222: "As verdadeiras e graves situações coloniais verificam-se hoje na Estónia, na Letónia, na Lituânia, no Tibete, mas parece que isso não incomoda ninguém". Esta perspectiva já estava presente no líder da oposição democrática Francisco Cunha Leal, *O Colonialismo dos Anti-Colonialistas*, Lisboa, edição do autor, 1961, pp. 53-57.

O ataque ao ultramar português visaria assim apenas a "substituição de um colonialismo por outro", numa "segunda partilha de África"⁽¹⁰⁸⁾.

Neste contexto, como argumentou Álvaro da Silva Tavares, governador da Guiné entre 1956-1958 e de Angola entre 1960 e 1961, "descolonizar" através da separação significaria "apenas um acto de conteúdo negativo", "o abandono dum domínio". Esse abandono nunca resolveria a "situação de carência, de subdesenvolvimento" dos povos africanos. Era preferível o esforço associado entre os povos africanos e os europeus, só possibilitado pela "solidariedade e afecto" da vida em comum. Historicamente, os portugueses tinham chegado a esta solução por serem "poucos", e portanto impossibilitados de "cair na tentação de recorrer à força e satisfazer as insaciáveis ambições". Tiveram de estar "abertos a uma comunhão espiritual e humana". Assim, os portugueses teriam apurado uma "compreensão humana baseada em mútuo afecto conducente a uma interpenetração de culturas, base de uma solidariedade viva e real"⁽¹⁰⁹⁾.

A partir daqui, era possível imaginar outro sentido para a "descolonização", como fez Luís Filipe de Oliveira e Castro, então secretário do Gabinete de Estudos do Ultramar da Associação Industrial Portuguesa, num livro de 1963, prefaciado por Marcelo Caetano e dedicado a Salazar. Oliveira e Castro defendia que a expansão portuguesa entrara numa nova fase: "ontem foi a arte de navegar e colonizar; hoje é a arte de descolonizar e de ficar". Para "ficar", era preciso "descolonizar", e "descolonizar" significava terminar a "situação colonial", em que uma minoria estrangeira (os colonizadores) exercia o poder político por exclusão da maioria nativa (os colonizados). Ora, esta situação podia findar de duas maneiras: ou através da "separação de colonizadores e colonizados, passando estes a reger os seus próprios destinos",

(108) Eduardo dos Santos, "O comunismo em África", *Sulco* (revista do Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional), II Série, n.º 5, Jan.-Fev. 1966, pp. 767-768. Encontra-se a mesma visão no anti-salazarista Henrique Galvão, "O Problema Ultramarino: Colonialismo e Anti-Colonialismo" [1962], em *Da Minha Luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal* [1965], Lisboa, Arcádia, 1976, pp. 158-185.

(109) Álvaro da Silva Tavares, "Anti-colonialismo e subdesenvolvimento", *Anais do Clube Militar Naval*, n.os 10-12, Out.-Dez. 1964, pp. 841-857.

ou através da "integração do agente da colonização (colonizador) e do seu beneficiário (colonizado) na mesma unidade social e política". Era este último processo de "descolonização" para que, segundo Oliveira e Castro, citando Adriano Moreira e Joaquim Silva e Cunha, apontava a acção portuguesa de "integração" em África, na medida em que assentasse em "uma transformação real e profunda dos colonizados", fazendo-os integrar novas sociedades, as quais eventualmente dariam lugar a comunidades políticas autónomas, "em pé de igualdade política" com a metrópole, "como Estados integrados na mesma e indivisível nação que a todos plasme e constitua a sua razão de ser como unidade cultural e sociológica pré-existente"⁽¹¹⁰⁾.

Já Salazar, numa entrevista de 1958, observara que "para nós, a palavra colónia, no seu mais puro significado continua respeitável", mas só no sentido de "cultivar, na ampla acepção do termo, os seres e as coisas": "descobrir terras longínquas, desbravá-las, metamorfoseá-las. Fazer progredir, sem atritos - pacientemente! - as populações indígenas". Colonizar era assim investido do sentido liberal de progredir, de conduzir a um estágio superior de civilização, de autonomia. Isto não queria dizer que "o Ocidente cristão disponha do exclusivo da civilização", mas que só a civilização ocidental criara "valores de alcance universal", que lhe permitiam assistir outros povos através de uma "obra de educação e de progresso material e moral". Esta obra deveria processar-se através da integração dos nativos nas nações europeias, em vez de pela sua devolução a nações "artificiais e débeis". No entanto, Salazar ressaltava que "o futuro pode até indicar e impor outros caminhos"⁽¹¹¹⁾.

É preciso notar que este esforço para dotar a palavra "descolonização" de sentidos mais específicos do que o da simples separação entre as metrópoles e o seu ultramar, também era característico da propaganda dos partidos independentistas armados em actividade nos territórios africanos administrados por Portugal. Entre os seus líderes, era então corrente identificar "descolonização" com uma revolução segundo o

⁽¹¹⁰⁾Luís Filipe de Oliveira e Castro, *Anti-colonialismo e Descolonização*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, p. 6, 73-74.

⁽¹¹¹⁾Salazar, entrevista ao *Le Figaro*, 2-3 Set. 1958, em *Discursos, cit.*, vol. VI, pp. 3-28.

modelo soviético⁰¹². "Descolonização" tornara-se assim, na década de 1970, um objecto de investimentos semânticos que impediam qualquer interpretação unívoca do seu significado. Foi neste contexto que se adoptou, no interior do regime salazarista, um conceito de "descolonização" que focava sobretudo o aspecto económico e cultural, de promoção das populações locais, como transparece na acção do general António de Spínola durante o seu tempo como governador da Guiné (1968-1973). Spínola, no seguimento aliás de doutrinas muito divulgadas nos comandos das forças armadas portuguesas, concebeu a acção contra-subversiva, para além da sua dimensão militar⁰¹³, como consistindo sobretudo no investimento social e económico (através do reordenamento da população, prestação de cuidados médicos, expansão da rede escolar, abastecimento de água potável, abertura de vias de comunicação) e no aumento da participação política, através de assembleias para aconselhamento dos governadores, como o Congresso do Povo da Guiné. A guerra contra-subversiva apareceu assim, prioritariamente, como uma campanha de obras públicas e assistência social⁰¹⁴. Spínola afastava qualquer sombra de uma intervenção imperial: "não viemos ¹¹² * ¹¹⁴

(112)Ver Dalila Cabrita Mateus, *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Inquérito, 1999, pp. 168-172.

oi^Yer e.g. general Spínola, entrevista de 6 Dezembro 1969, em *Por uma Guiné Melhor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 246: "tratando-se de um conflito caracterizado pela conquista da adesão das populações, a verdadeira luta trava-se na esfera das medidas político-sociais, com as quais se comandam os estímulos condicionadores da opinião". Ver a propósito Pedro Cardoso, "A manobra psicológica no teatro de operações da Guiné de 1968 a 1973", em AAVV, *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2000, pp. 323-347. Note-se que esta abordagem era sustentada pelo chefe de governo, Marcelo Caetano, para quem a "guerra subversiva difere por completo das guerras clássicas", pois o "que está em causa são as almas, a adesão das populações". Ora, "é pelo facto de estarem em causa as ideias, os sentimentos, e as adesões que as armas a brandir não são apenas as clássicas que ferem e matam os corpos mas as modernas destinadas a impressionar e a persuadir os espíritos". Ver o seu discurso na Assembleia Nacional, 2.12.1970, incluído em *Razões da Presença de Portugal no Ultramar. Excertos de Discursos Proferidos pelo Presidente do Conselho*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973, p. 43.

(114)Ver e.g. general Kaulza de Arriaga (comandante chefe das forças armadas de Moçambique), entrevista, Agosto 1971, em *Coragem, Tenacidade e Fé*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1973, pp. 132-133.

obrigar ninguém a viver à sombra da nossa bandeira, não viemos impor uma soberania pela força, subjugar e ditar uma lei estranha a um povo dominado"⁽¹¹⁵⁾. Sem pejo, utilizou mesmo a expressão "revolução social" para designar a sua acção⁽¹¹⁶⁾, a que atribuiu o objectivo de construir "uma Guiné administrada por Guinéus adentro de uma comunidade indissolivelmente lusíada"⁽¹¹⁷⁾.

Foi esse o conceito que definiu a posição dos partidos de direita surgidos depois do 25 de Abril: "a descolonização é um processo essencialmente económico e social". A "entrega ou abandono", o simples "trespasse", "seria agravar as situações coloniais sob nova forma"⁽¹¹⁸⁾ 119. Depois, a "descolonização" assim concebida viria a permitir a crítica à transferência do poder para os partidos independentistas armados em 1974-1975. Foi o que fez, com grande escândalo devido ao seu curriculum de anti-salazarista, António José Saraiva, quando em Janeiro de 1979 denunciou a "maior vergonha de que há memória desde Alcácer Quibir": "não se fez a descolonização", simplesmente, "uns homens substituíram outros"⁽¹¹⁹⁾. Mas mais do que alimentar a controvérsia sobre a descolonização, a "descolonização retórica" preparou o caminho para uma nova ideia de Império, dissociado da dominação e violência. Ou seja, no próprio auge da defesa salazarista do ultramar, o Império já havia sido repensado, a nível do discurso oficial, de maneira que a sua continuidade podia ser imaginada mesmo para além da separação político-administrativa dos territórios administrados pelo Estado português em África e noutras partes do mundo.

⁽¹¹⁵⁾Spínola, discurso de 20 Junho 1972, em *Por uma Portugalidade Renovada*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1973, p. 43

⁽¹¹⁶⁾Spínola, discurso de 18 Julho 1970, em *Linha de Acção*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1971, p. 35.

⁽¹¹⁷⁾Spínola, discurso de 26 Abril 1972, em *No Caminho do Futuro*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1972, p. 444.

⁽¹¹⁸⁾Secretariado-Geral do Partido Liberal, *Partido Liberal*, Lisboa, s. e., Junho de 1974, pp. 19,34.0 Partido Liberal tinha sido constituído a 28 de Maio de 1974. Considerava-se de "centro-direita", e apresentava-se como a "voz da maioria silenciosa". Seria proibido no seguimento do 28 de Setembro de 1974.

⁽¹¹⁹⁾A. J. Saraiva, "O 25 de Abril e a História", *Diário de Notícias*, Lisboa, 26.1.1979, depois em *Filhos de Saturno. Escritos sobre o Tempo que Passa*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, pp. 235-239. O artigo mereceu respostas e comentários de vários dos principais líderes do MFA, como Vasco Lourenço e Melo Antunes.

4.2. O Império espiritual

Em 1959, Salazar reconheceu que o ultramar português estava subdesenvolvido. Mas enfatizou que as populações se sentiam portuguesas. Concluía assim que a "obra colonizadora" não podia ser reduzida a "índices económicos": "há uma obra de compreensão e afectividade humanas que através dos tempos e das gerações vai criando uma convivência inter-racial de calor inapreciável, convivência que é a base de resolução dos problemas africanos, e sem ela nenhum terá solução capaz"⁽¹²⁰⁾. De facto, em 1960, iria mesmo distinguir entre os estados que, em África, tinham sobretudo operado uma política de "exploração económica", sem povoamento, a qual seria compatível com as aparentes independências das "populações autóctones" no quadro de um novo "colonialismo internacional", e aqueles cuja soberania em África proporcionara a instalação de populações europeias produzindo "sociedades plurirraciais", em que "o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais". Por isso, "o ambiente de segurança, de paz e de fraternal convívio entre os muitos diversos elementos da população - caso único na África de hoje - é a maior obra, porque a outra quem quer a podia fazer com dinheiro, e esta não"⁽¹²¹⁾.

Esta ênfase numa dimensão espiritual do Império foi continuada e reforçada por Marcello Caetano depois de 1968. Em primeiro lugar, Caetano afastou qualquer argumento de tipo patrimonialista para manter o ultramar. Ao enumerar as "razões por que temos de continuar a defender o ultramar", num discurso perante as comissões distritais da Acção Nacional Popular, em Setembro de 1970, liquidou sucessivamente as teses do "destino histórico", da "defesa do Ocidente", dos "interesses económicos" ou até da "perda de independência" de um Portugal sem ultramar. A única razão que admitiu tinha que ver com a responsabilidade para com os habitantes do ultramar, que não podiam ser "entregues à selvajaria" dos partidos independentistas⁽¹²²⁾. No seu último discurso

⁽¹²⁰⁾Salazar, discurso de 23 Maio 1959, em *Discursos, cit.*, vol. VI, p. 70.

⁽¹²¹⁾Salazar, discurso de 30 Novembro 1960, em *Discursos, cit.*, vol. VI, pp. 85, 98.

⁽¹²²⁾Marcelo Caetano, "Balanço de dois anos de governo", 27 Setembro 1970, em *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971, pp. 9-11.

sobre o tema, em Março de 1974, na Assembleia Nacional, insistiu nesta abordagem⁽¹²³⁾. Para muitos, a atitude de Marcello Caetano constituiu uma ruptura com a política de Salazar. Os seus inimigos à direita, que já haviam suspeitado do seu "liberalismo", nunca se cansaram de o acusar de manifestar "hesitações" na defesa do ultramar, de "separatismo" e de haver mudado "radicalmente o rumo tradicional da nossa política ultramarina"⁽¹²⁴⁾. Depois de 1974, Marcello Caetano quase lhes confirmou as suspeitas: "realisticamente concluí que [a separação] era inevitável. Não se deve acreditar de que [...] se estava empenhadíssimo no êxito da chamada política de integração". A única razão pela qual o não declarava publicamente era estratégica: sabia que "no dia em que se anunciasse que iria ser dada independência às províncias ultramarinas, mesmo a longo prazo, o Governo português perderia o controle dos acontecimentos"⁽¹²⁵⁾. O seu integracionismo teria sido, assim, o resultado de um impasse mais do que de uma convicção. Mas o que importa realçar

(123) Marcello Caetano, *Reflexão sobre o Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1974, p. 9.

(124) Ver e.g. Pedro Soares Martinez, *A Conjuntura Política Nacional*, Lisboa, s. e., 1969, p. 10; Fernando Pacheco de Amorim, *Na Hora da Verdade. Colonialismo e Neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*, Coimbra, Ed. do Autor, 1971, p. 65. A "autonomia", ao admitir uma diferença entre a metrópole e o ultramar, seria a negação da "assimilação" tradicional, assente na unidade nacional. A propósito deste debate, ver Armando Marques Guedes, "A Unidade Política Nacional e a Autonomia das Províncias Ultramarinas", em AA VV, *Estudos de Direito Público em Honra do Professor Marcello Caetano*, Lisboa, Ática, 1973, pp. 139-163, especialmente p. 145, e ainda a polémica entre Álvaro Silva Tavares e A. Crespo de Carvalho, em 1971, *Ultramar. Revista da comunidade portuguesa e da actualidade ultramarina internacional*, Lisboa, vol. XI, n.ºs 43/44, 1971, pp. 189-242. Sobre a oposição de direita à política ultramarina de Caetano, ver Jaime Nogueira Pinto, *Portugal. Os anos do fim*, Lisboa, Sociedade de Publicações Economia e Finanças, 1976, vol. II, p. 31 ss. Sobre a política ultramarina de Caetano, ver Pedro Oliveira, "Uma mão cheia de nada? A Política Externa do Marcelismo", *Pénélope*, vol. 26, 2002, pp. 93-122, e Norrie Macqueen, "As guerras coloniais", em F. Rosas e P. Oliveira (eds.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo, 1968-1974*, Lisboa, Notícias, 2004, pp. 263-300.

(125) Marcello Caetano, *O 25 de Abril e o Ultramar*, Lisboa, Verbo, 1976, pp. 12-15. Neste sentido, ver também Manuel Pereira Crespo [Ministro da Marinha, 1968-1974], *Porque Perdemos a Guerra*, Lisboa, Abril 1977, pp. 70-73, 97. A suspeita acerca do separatismo de Caetano seria sustentada depois do 25 de Abril por revelações acerca do patrocínio governamental a uma suposta separação de

aqui é o modo como Marcello Caetano, acicatado pela suspeita acerca da sua convicção integracionista, tendeu a valorizar um outro tipo de "integração", espiritual mais do que administrativa. No seu discurso na Assembleia Nacional, a 2 de Dezembro de 1970, sobre a "Revisão Constitucional", ao referir-se ao choque às ideias de "integracionismo" e "autonomia" acerca do ultramar, explicou que esta última opção se referia à administração e não colidia com o que ele definiu como "uma política de assimilação espiritual, de modo que Metrópole e Ultramar constituam uma unidade cada vez mais homogénea". Esta posição dissociava-se não apenas do integracionismo administrativo ("que equívoco seria pensar na possibilidade de governar [os territórios do Ultramar] de Lisboa através de governadores civis"), mas também da simples aculturação, já que Caetano se preocupava em explicar que "em cada província ultramarina há populações com seus usos, costumes, religiões e práticas que em tudo quanto não ofenda os princípios morais da civilização respeitamos e procuraremos conservar"⁽¹²⁶⁾.

De facto, o tipo de "assimilação" assim previsto fora melhor explicado por Adriano Moreira. Nas suas lições no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, o antigo ministro do Ultramar fez consistir o principal papel do poder político metropolitano no ultramar, não na "civilização" ou "aculturação", mas na definição das "condições de coexistência de grupos inviáveis por si próprios". O poder português asseguraria assim um "contacto de culturas" sem "conflito e agressão". Os portugueses formariam apenas o "grupo responsável" pelo poder num "estado pluricultural", onde a "política de assimilação deve antes de mais ser entendida como situando-se no plano político da criação de uma vontade de viver em comum, e não no sentido de mutiladora da originalidade cultural dos vários grupos que se uniram à sombra da mesma soberania"⁽¹²⁷⁾.

Angola. Ver Silvino Silvério Marques, *Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril*, Lisboa, Inquérito, 1995.

⁽¹²⁶⁾Marcello Caetano, "Revisão Constitucional", discurso de 2.12.1970 em *Renovação na Continuidade*, cit., pp. 66-67.

⁽¹²⁷⁾Adriano Moreira, *História das Teorias Políticas e Sociais. Lições dadas ao T Ano do Curso Complementar no Ano Lectivo de 1962-1963*, Lisboa, ISCSPU, 1963, mimeografado, pp. 90-91.

Ao estabelecer-se assim o respeito pela pluralidade cultural, a "assimilação espiritual" ficava quase só com uma via aberta: a da língua. Aí estava o segredo da manutenção do Império, um outro tipo de Império, mesmo depois da eventual perda de soberania. Era esse o argumento de um estudo sobre Goa publicado na revista do Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional, na Primavera de 1961, perante a ameaça da invasão pela União Indiana. A redução do Império a uma entidade linguística assentava numa reinterpretação histórica da expansão: "Não se instalaram os Portugueses no Oriente como conquistadores, mas sim - e apenas - como comerciantes e missionários. A política portuguesa foi sempre uma política de missões, de feitorias e de alianças". Ora, por não estar assente no uso da força, seria imune ao uso da força. O português constituiria a "língua materna, aprendida no berço", pela "população católica de Goa". Nunca poderia desaparecer enquanto "prova irrefutável da profundidade humana assumida pela presença portuguesa no Mundo". A sobrevivência do português em Ceilão, como "um idioma rico, expressivo e literário, com vasta bibliografia", séculos depois da conquista holandesa, demonstrava essa perenidade. Em Ceilão, haveria um crioulo mais "puro" do que o do Cabo Verde, "apesar deste sempre ter estado sob a directa influência da metrópole". O Império português não precisava do poder⁽¹²⁸⁾.

A grande referência deste estudo era o livro de David Lopes sobre o uso do português como "língua franca". Publicado pela primeira vez em 1936, seria significativamente reeditado em Maio de 1969, com um prefácio de Luís de Matos, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina⁽¹²⁹⁾. Nesta linha de valorização de uma presença linguística, derivada de um conceito de Império fundado no comércio e intercâmbio cultural, surgiu também o ensaio do diplomata

⁽¹²⁸⁾Manuel de Seabra, "Apontamentos sobre a penetração da língua portuguesa no Oriente", *Sulco. Revista de Cultura Político-Social*, Lisboa, Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional, Abril-Maio 1961, vols. 8-9, pp. 28-36.

⁽¹²⁹⁾David Lopes, *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XV^o, XVII^o e XVIII^o*, 2^a ed. com notas de Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora, 1969. Também os ensaios de Adolfo Coelho sobre os dialectos neo-latinos na Ásia, saídos no *Boletim da Sociedade de Geografia* entre 1880 e 1886, seriam reeditados em volume, com o título de *Crioulos*, pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa em 1967, com prefácio de Jorge Morais Barbosa

Armando Martins Janeira sobre *O Impacte Português sobre a Civilização Japonesa*, publicado em Agosto de 1970. Janeira revelava que os japoneses usavam 4 mil palavras portuguesas, e tinham adoptado hábitos culinários lusitanos. Teriam sido os portugueses a introduzir no Japão "o melhor da ciência da Europa do tempo e a novidade das artes europeias". A historia da presença portuguesa no Japão apontava para um novo papel de Portugal, como intermediário entre a Europa e os países com quem outrora se havia interligado⁽¹³⁰⁾.

O significado desta ênfase na língua e na intermediação cultural percebe-se num episódio contado por Miguel Torga no seu diário. Em Julho de 1973, numa viagem por Moçambique, sentiu-se mal acolhido. Em "caras estranhas, enigmáticas", a "minha má consciência branca lia o ódio": "desse as voltas que desse, eu era ali um inimigo". Em Lourenço Marques, foi confrontado com um "cabecilha nacionalista" cheio de "racismo negro" que desejava a simples expulsão dos portugueses: "Não tínhamos mais nada a dizer uns aos outros". No entanto, Torga observou: "O homem falava a minha língua. E despedi-me afavelmente, de sorriso nos lábios. Era um sorriso de esperança, mas não lho disse..".⁽¹³¹⁾ A partilha da língua compensava a falta de afecto, cada vez mais notória⁽¹³²⁾, e condenava as duas partes à comunicação que uma delas recusava.

O Império português não estava assim destinado a acabar, a não ser na sua forma de dominação política. Era essa a mensagem básica do general Spínola no seu explosivo *Portugal e o Futuro*, publicado em 1974. Ao considerar o caso da Índia, Spínola sugeriu que outras vias poderiam ter sido seguidas, em vez da defesa da soberania portuguesa em Goa. Goa não estaria hoje subordinada a Portugal, "mas no coração e na mente de todos ali continuaria a ser Portugal, ali continuaria a falar-se o português, e a viver-se à portuguesa". De alguma forma, seria a continuação de Portugal. "Porque Nação e Pátria, muito mais do que criação de um estatuto legal, são sentimento e vivência no subconsciente de cada

⁽¹³⁰⁾ Armando Martins Janeira, *O Impacte Português sobre a Civilização Japonesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1970.

⁽¹³¹⁾ Miguel Torga, *Diário*, 3ª ed. revista, Coimbra, Edição do Autor, 1986, vol. XII, pp. 29, 33-34.

⁽¹³²⁾ Acerca do crescente racismo dos partidos independentistas, ver Dalila Cabrita Mateus, *A Luta pela Independência*, cit., pp. 164-168.

homem". De facto, este tinha sido o subtexto das declarações públicas de Spínola enquanto esteve no seu governo da Guiné. Spínola prometia fazer uma Guiné para os guineenses, governada por eles, mas que fosse ao mesmo tempo portuguesa. O paradoxo era resolvido pela concepção espiritualista, cultural, do laço com Portugal. *Portugal e o Futuro* tem sido lido como o manifesto de um suposto federalismo serôdio. Não é de facto isso. O objectivo de Spínola era esclarecer que o objectivo da política portuguesa no ultramar não deveria ser o de consolidar a unidade administrativa, mas o de alcançar uma "comunidade em que os laços morais prevalecerão sobre os estatutos políticos". Aquilo que ele desejava não era a "manutenção de realidades permanentes", mas "de valores essenciais entre sociedades que evoluem segundo as leis naturais". Esses "valores essenciais" tinham sido "os valores essenciais preservados com o nascimento do Brasil". Ou seja, Spínola visava menos a conservação dos laços políticos, fossem eles os da submissão metropolitana ou os da federação igualitária, do que a preparação de uma cultura comum. Pensava "resolver o problema ultramarino pela criação de um sentimento que una, de facto, os vários grupos humanos constitutivos da Nação que queremos ser e os torne aptos a conscientemente permanecerem portugueses com a plena aceitação da opinião mundial"⁽¹³³⁾.

É neste contexto que deve ser entendido o uso de Gilberto Freyre. Mais do que uma mera legitimação da administração portuguesa, Freyre facilitou a substituição do conceito de Império assente na administração e na defesa militar por um conceito cultural do Império, fundado na valorização da identidade portuguesa. Ao fazer isto, Freyre não armou apenas a resistência salazarista: criou acima de tudo condições para que o fim do Império pudesse ser vivido sem o luto característico das perdas. Não por acaso, o general Spínola, já Presidente da República, citou Freyre no seu discurso de 27 de Julho de 1974, reconhecendo o direito das populações do ultramar à auto-determinação: "possibilitamos, enfim, o quadro de pleno desenvolvimento dessa vasta comunidade espiritual e humana, a que Gilberto Freire chamou *O Mundo que o Português criou*"^(AM). E a quando do reconhecimento da independência da Guiné

⁽¹³³⁾ António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 55,119, 123,151 e 235.

^{a34)} António de Spínola, discurso, 27 Julho 1974, em J. P. Gonçalves (ed.), *Dossier 2ª República. Leis constitucionais, Legislação ordinária, Discursos oficiais*, Edições

Bissau, em Setembro do mesmo ano, Spínola pode congratular-se com o "nascimento de uma nação em que Portugal se revive", e o "prelúdio esperançoso de uma Comunidade de Nações de língua portuguesa, em que se consubstancie o mais amplo espírito de portugalidade"⁽¹³⁵⁾.

4.3. A ponte

Depois de 1974, a referência explícita a Gilberto Freyre desapareceu, mas ficou o essencial da sua mensagem. Por ocasião das festas da independência de Moçambique e de Cabo Verde, no Verão de 1975, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves proclamou de forma veemente que "nunca fomos racistas. Somos anti-racistas [...]. Os homens são todos iguais e os portugueses sempre se sentiram bem misturados com os outros, de todas as cores e de todas as raças. Não era isso que nos dividia."⁽¹³⁶⁾ Para além dessa isenção de sentimento racista, os Portugueses também se distinguiam pela ausência de qualquer interesse económico: "Não somos um país poderoso do ponto de vista económico; não estamos, portanto, em condições de desenvolver uma política neo-colonialista em África". Os africanos podiam, portanto, confiar nos portugueses⁽¹³⁷⁾. Bastava apenas "enterrar o passado", para melhor conseguir "as junções destes dois povos"⁽¹³⁸⁾. Sem qualquer vestígio de "racismo" ou possibilidade de "neo-colonialismo" a turvá-los, os "laços de amizade e de cooperação" entre Portugueses e Africanos só poderiam reforçar-se. Por isso, Vasco Gonçalves não hesitava em concluir,

Afrodite, 1976, vol. I, p. 67: Sobre os projectos de Spínola e o seu fracasso, ver John Woollacott, "A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal", *Análise Social*, vol. 77, 1983, especialmente p. 1139 ss

(us) António de Spínola, discurso, 10 Setembro 1974, em J. P. Gonçalves (ed.), *Dossier da 2ª República, cit.*, vol. I, pp. 83-84

(i36) Vasco Gonçalves, "Discurso em Lourenço Marques", 25.6.1975, em *Discursos, cit.*, p. 398; *idem*, "Discurso em Cabo Verde", 6.7.1975, *ibidem*, p. 405. Note-se que a oposição anti-salazarista na década de 1960 insistira em que tinha sido a guerra, determinada pela política de Salazar, a produzir o "racismo". Ver e.g. C.D.E., *Programa Político*, Lisboa, s. e., 1969, p. 29.

⁽¹³⁷⁾ Vasco Gonçalves, "Alocação ao país", 29.9.1974, em *Discursos, cit.*, p. 56

⁽¹³⁸⁾ Vasco Gonçalves, "Palavras proferidas à chegada de Moçambique", 26.6.1975, em *Discursos, cit.*, p. 402.

dirigindo-se aos líderes dos novos Estados africanos, que "nos temos um destino comum"⁽¹³⁹⁾. O primeiro-ministro português sentia mesmo que, graças à descolonização, Portugal adquirira "um grande valor moral, uma grande autoridade moral em África". O país ia proceder a uma "abertura ao Terceiro Mundo", e "privilegiar as relações com esses povos fraternos das nossas antigas colónias"⁽¹⁴⁰⁾.

A descolonização, longe de significar uma retirada, era pelo contrário um regresso em força. Em 1975, Vasco Gonçalves lembrou que "nós não pensamos que descolonizar é abandonar". Ao invés, "nós temos uma certa vocação para nos darmos com os povos africanos"⁽¹⁴¹⁾. Havia mesmo a possibilidade de um novo afluxo português a África: "Nós pensamos que novas gentes, novas gerações, nova gente que vai para esses países, com outro espírito até, hão-de cimentar as nossas relações com eles"⁽¹⁴²⁾. Deverá ter sido uma ideia suficientemente divulgada para que, anos depois, o Presidente da República em 1974-1975, o general Costa Gomes, continuasse a manter a esperança: "podemos enviar para esses países [...] os nossos excedentes populacionais"⁽¹⁴³⁾.

Para facilitar esta nova unidade entre a ex-metrópole e as antigas colónias, houve até uma tendência para deseuropeizar os portugueses. Mais uma vez, seguiu-se aqui uma das teses do célebre "luso-tropicalismo" de Gilberto Freyre. Freyre explicara a capacidade dos portugueses em se adaptar aos trópicos e em se cruzarem com as populações indígenas pelo facto de, originalmente, eles próprios já serem o resultado de uma miscigenação, entre a Europa e a África⁽¹⁴⁴⁾. Em Maio de 1975, dirigindo-

⁽¹³⁹⁾Vasco Gonçalves, "Discurso em Lourenço Marques", *cit.*, p. 396

⁽¹⁴⁰⁾Vasco Gonçalves, "Conferência de Imprensa", 8.4.1975, em *Discursos, cit.*, p. 222.

⁽¹⁴¹⁾Vasco Gonçalves, "Discurso em Cabo Verde", *cit.*, p. 406.

⁽¹⁴²⁾Vasco Gonçalves, "Conferência de imprensa", 8.4.1975, em *Discursos, cit.*, p. 227.

⁽¹⁴³⁾Costa Gomes, *Sobre Portugal. Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 48. O primeiro acordo de cooperação prevendo o envio de "técnicos, sejam ou não servidores da função pública", em comissão de serviço para o ex-ultramar foi estabelecido com a República da Guiné-Bissau a 24 de Agosto de 1974 (ver Decreto-Lei n° 629/74, de 16 de Novembro, em J. P. Gonçalves (ed.), *Dossier 2ª República, cit.*, vol. I, pp. 269-272

⁽¹⁴⁴⁾Ver e.g. Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal* [1ª ed.: 1933], Lisboa, Livros do Brasil, s. d.,

-se à imprensa europeia em Bruxelas, Vasco Gonçalves repetiu a lição de Freyre: "É vulgar encontrar, na nossa língua, palavras de origem árabe. Os portugueses do sul são muito parecidos, até fisionomicamente, com os árabes"⁽¹⁴⁵⁾. Em Portugal, entretanto, o historiador António Borges Coelho, depois de recordar que "há os laços históricos que nos unem aos povos coloniais com os quais misturamos sangue onde navegam cromossomas berberes e árabes", descrevia a vocação natural de Portugal como a de constituir-se em "ponte entre os países desenvolvidos europeus e os do Terceiro Mundo". Fazia, no entanto, uma reserva: desse papel não se deduzia que convinha a Portugal adoptar "uma via socializante que deve inspirar-se nos modelos do Terceiro Mundo"⁽¹⁴⁶⁾. Era esse o passo que as alas mais radicais do Movimento das Forças Armadas já tinham dado. A propósito, Eduardo Lourenço comentou ironicamente "o delírio africanista" em que "um sector do exército [...] descobre menos que Angola não é o Minho do que o Minho é Angola"⁽¹⁴⁷⁾.

Foi assim que, à sua chegada de Cabo Verde, em Julho de 1975, Vasco Gonçalves pôde anunciar que "ao contrário do que os derrotistas poderiam pensar, nós não estamos a abandonar a África. Nós, agora, é que nos estamos a inserir na nova África". De modo que, "este processo de descolonização só está fazendo com que a nossa presença em África seja cada vez maior e mais firme". E logo a seguir, revelava o seu novo sonho: "Portugal aparece como que uma porta da Europa aos países africanos"⁽¹⁴⁸⁾. Acordos de Cooperação foram quase imediatamente assinados com os novos estados⁽¹⁴⁹⁾ *. Em vez do fim, a "descolonização"

pp. 18-25; *idem*, *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 45.

⁽¹⁴⁵⁾ Vasco Gonçalves, "Conferência de imprensa em Bruxelas", 31.5.1975, em *Discursos*, *cit.*, p. 333.

⁽¹⁴⁶⁾ António Borges Coelho, "Os modelos e a revolução portuguesa", em AA VV, *Abril, Abril Textos de Escritores Comunistas*, Lisboa, Edições Avante, 1975, pp. 35-39. O autor, então militante do PCP, tinha-se destacado por encarecer a presença árabe e moçárabe em Portugal. Ver os seus livros *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo, 1973, e *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1972.

⁽¹⁴⁷⁾ Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 112.

⁽¹⁴⁸⁾ Vasco Gonçalves, "Extractos das declarações proferidas à chegada de Cabo Verde", 6.7.1975, em *Discursos*, *cit.*, p. 411.

⁽¹⁴⁹⁾ No fim de 1974, tinham sido criados quase simultaneamente a Comissão Nacional de Descolonização e o Gabinete Coordenador para a Cooperação. A 25

parecia, pelo contrário, o princípio da missão providencial de Portugal em África, através da cooperação, da comunhão linguística, e do papel de intermediário entre os dois "mundos".

Na década de 1960, o integracionismo salazarista já tinha sido acusado por vários líderes oposicionistas de pôr em risco a "presença" de Portugal. A guerra estava a criar rancor contra Portugal e a impedir as relações que, no futuro, haviam de garantir a influência portuguesa nos novos estados independentes⁽¹⁵⁰⁾. Em 1974-75, a "descolonização" pôde ser exibida como um acto de aproximação de Portugal aos povos africanos. Nas sessões de Dinamização Cultural do MF A, em 1974-1975, foi explicado ao "povo" que a descolonização consubstanciava a hora mais gloriosa da "pátria": o momento em que, para maior gloria de Portugal, iriam ser criadas "novas pátrias" unidas pela "língua portuguesa"⁽¹⁵¹⁾. A "língua" tomou-se o valor principal: algo que era preciso defender, manter contra tudo e contra todos, como antigamente a "terra". Era o último e maior reduto do "portuguesismo"⁽¹⁵²⁾. Por isso, foram "a língua e a cultura portuguesas" e os "monumentos histórico-religiosos" que se quiseram salvar em troca do reconhecimento da soberania da União Indiana sobre Goa, Damão e Diu em Setembro de 1974⁽¹⁵³⁾. A língua e a cultura portuguesas foram então investidas dos valores de soberania que antes tinham estado associados aos territórios.

de Setembro de 1975, era instituído o Ministério da Cooperação, novo nome do Ministério do Ultramar. Em 1976, ficou reduzido a uma Direcção Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A "cooperação" acabou submetida à "lógica diplomática". O não-reconhecimento do governo do MPLA em Angola e algum contencioso financeiro provocaram, até cerca de 1980, uma degradação das relações entre Portugal e os novos estados. Ver José Manuel Rollo, *Redescobrir a África. A Cooperação Portuguesa no Contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*, Lisboa, ICS, 1987, pp. 126-136, 197-202.

(i50) **y**_{er} e Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, cit., p. 468; Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, cit., p. 102.

(isi) Vasco Gonçalves, "Discurso na sessão de dinamização cultural do Sabugo", 20.2.1975, em *Discursos*, cit., p. 162.

(152) Vasco Gonçalves, "Discurso no encontro com os emigrantes", 31.5.1975, em *Discursos*, cit., p. 380.

<153>Ver Lei Constitucional n° 9/74, de 15 Outubro, em J. P. Gonçalves (ed.), *Dossier 2ª República*, cit., vol. I, pp. 266-267. Ver também Mário Soares, conferência de imprensa, 13.9.1974, em *Democratização e Descolonização*, cit., pp. 92-93.

Portugal abandonava as terras, mas retinha a linguagem em que os habitantes dessas terras deviam falar. A permanência da "nossa língua", dos "valores da nossa cultura" em "nações novas" eram o conforto para o "descalabro do império"⁽¹⁵⁴⁾.

De certa forma, podia-se argumentar que a descolonização, na medida em que se podia argumentar que habilitara o país para melhor zelar por esses "valores culturais" na cena internacional, reforçara a presença de Portugal no mundo. Foi o que, vinte anos depois, explicou Mário Soares. Fazendo o balanço da descolonização, observou que se tratara de "escrever direito por linhas tortas", já que tinha sido "sobre os escombros de um sonho imperial obsoleto, irrealista e inviável", que fora possível construir "uma verdadeira Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". Conseguira-se assim "assegurar a continuidade da nossa presença em África, não pela força, mas em função da língua, do afecto e da cooperação"⁽¹⁵⁵⁾. O Império mantinha-se, ainda deste mundo, mas apenas espiritualmente.

Conclusão

Quando a descolonização se deu em 1974-1975, as elites portuguesas já estavam, de certo modo, mentalmente afastadas do Império. Existiam discursos para provar que o Império havia sido pernicioso para o país, ou que de facto nunca existira enquanto afirmação de poder dos portugueses, já que estes também teriam sido vítimas de dominação colonial. Mas tinham-se desenvolvido também outras abordagens que apontavam para uma nova concepção do Império fundada na cooperação ou na comunhão cultural através da língua. Pensada primeiramente ainda no âmbito da soberania metropolitana, defendida pelo Estado Novo, essa nova ideia de Império pode ser adoptada à relação de igualdade entre os Estados depois de 1974-1975, valorizando o suposto papel de Portugal como agente de comunicação entre culturas.

⁽¹⁵⁴⁾ Orlando Ribeiro, *Destinos do Ultramar*, Lisboa, Horizonte, 1974, p. 31.

⁽¹⁵⁵⁾ Maria João Avilez, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996, pp. 291,313.

Nos finais da década de 1980, uma sondagem entre estudantes do ensino secundário revelava que a época dos Descobrimentos continuava a ser a melhor conhecida e associada com o apogeu do país. Camões e Vasco da Gama eram os personagens históricos que recolhiam maior simpatia⁽¹⁵⁶⁾. Era o resultado de um novo investimento na memória da expansão ultramarina, que começara em 1983 com a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, em Lisboa, sobre "Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento", e conheceria o seu auge com a Exposição Universal de 1998, dedicada aos "Oceanos", também em Lisboa⁽¹⁵⁷⁾. Aos "descobrimentos" foi então atribuída a exaltada missão de terem estabelecido, não uma dominação portuguesa sobre territórios ultramarinos, mas algo mais diáfano e correcto: "um sistema permanente e global de comunicação entre as diferentes sociedades, de (terem gerado) uma estrutura de trocas materiais e espirituais entre as diversas civilizações, fazendo assim emergir a realidade e a ideia de *Humanidade*, isto é, de homem plural/global com uma unidade/identidade no para além de toda a diversidade"⁽¹⁵⁸⁾.

O Portugal imperial renascia assim das cinzas da descolonização como um pacífico agente de comunicações inter-culturais, o "pioneiro do diálogo norte-sul"⁽¹⁵⁹⁾.

Em 1983, uma obra patrocinada pelo Comissariado da XVII Exposição, *Portugal e o Mar*, de Rui Rasquilho e Jorge Barros (Círculo de Leitores) combinou centenas de fotografias do Portugal rural e antigo com as dos territórios de expansão e colonização portuguesa. Sucessivas imagens de fortes, pelourinhos, igrejas, e cidades, de Guimarães à Tailândia, passando pelo Brasil, por África e pela Índia, entrelaçavam Portugal com as paisagens mais exóticas. O "Império", negado como dominação colonial, era assim reafirmado como comunhão cultural, identificando

⁽¹⁵⁶⁾ Luís Krus, "Memória Histórica do País na População Escolar do Distrito de Castelo Branco - Resultados de uma Sondagem", em *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 249-257.

⁽¹⁵⁷⁾ Sobre este novo regime comemorativo, ver Fernando Catroga, "Ritualizações da História", *cit.*, pp. 612-620.

⁽¹⁵⁸⁾ Luís Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sócio-cultural*, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 5,11.

⁽¹⁵⁹⁾ Luís Filipe Barreto, *Portugal: Pioneiro do diálogo Norte-Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

um pequeno país com o mundo inteiro. Era como se o Império tivesse deixado de existir apenas para continuar a existir para sempre, maior do que nunca. Não havia razões para qualquer *requiem*.